



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

O EDUCADOR SOCIAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Testemunho Reflexivo

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Especialização em Pedagogia Social

Ana Paula da Costa Mendes

Porto, setembro de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Educação e Psicologia

O EDUCADOR SOCIAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Testemunho Reflexivo

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Especialização em Pedagogia Social

Ana Paula da Costa Mendes

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Isabel Baptista

Professora Fernanda Cachada

Porto, setembro de 2012

Sumário Executivo

O presente Sumário Executivo refere-se ao Relatório Reflexivo, elaborado no âmbito do curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP- UCP), Porto cujo título é «O Educador Social em Contexto Escolar: Testemunho Reflexivo» e alicerçado numa análise crítica do nosso percurso profissional.

A base de incidência da presente reflexão situa-se, particularmente, na experiência profissional adquirida na Escola Secundária de Paços de Ferreira, no trabalho desenvolvido no âmbito da carreira de Assistente Operacional e de Assistente Técnica. Neste relatório, pretendemos interligar os conhecimentos adquiridos com a formação académica em Educação Social, com os conhecimentos e competências adquiridas na experiência de trabalho numa escola, enunciando as suas vantagens e limitações.

É nosso objetivo proceder a uma reflexão sobre as vivências do período em análise, concretamente no espaço temporal entre o ano 2005 e o ano 2012, sustentada na área científica da Pedagogia Social enquanto Ciência da Educação que enquadra a *práxis* socioeducativa na pluralidade das suas dimensões, sobretudo porque é uma área orientada por valores de proximidade humana que fornece um significativo número de ferramentas reflexivas e críticas que permitem diferenciar formas de pensar o espaço escolar.

No nosso percurso profissional e exercendo uma atividade diferente daquela para a qual, em princípio, detínhamos formação académica e profissional, em contacto direto com alunos e com outros profissionais da educação, pudemos experimentar e adquirir um conjunto significativo de conhecimentos que, aliados à formação de base e ao desejo de exercer a profissão de educadora social, nos deram uma atuação diferente no trabalho com os alunos, professores e restante comunidade educativa e uma interpelação diferenciada e que, ao nos inquietar, nos conduziu a este percurso reflexivo.

O Relatório começa com uma introdução de carácter global e a sua estruturação subsequente corresponde a duas partes fundamentais. Na primeira parte, optamos por proceder a uma explicitação do nosso quadro de análise no âmbito da Pedagogia Social e da Educação Social, considerando as suas vertentes em contexto escolar.

Na segunda parte, reportamo-nos a um olhar empírico sobre a nosso percurso profissional, até chegar à licenciatura em Educação Social, incidindo no trabalho desenvolvido na escola, que serve de base à nossa reflexão.

Concretizamos a nossa reflexão com uma referência ao local de trabalho e à ação profissional. Durante este percurso profissional, numa escola, e embora a formação em educação social nunca tenha sido descurada, nunca foi desenvolvido um trabalho inerente às funções do educador social, embora estivesse sempre presente a vontade de exercer esta profissão. Esta realidade conduziu-nos a um desassossego que nos impeliu a um aglomerado de interrogações, aos quais procuramos responder, refletindo sobretudo, sobre os possíveis espaços de intervenção do educador social em contexto escolar, evocando sempre que o fazemos, sob o nosso olhar, enquanto educadora social de formação.

O relatório termina com algumas considerações finais alusivas ao que consideramos ser os benefícios de existirem profissionais de Educação Social em contexto escolar.

Estes, com competências para intervir no âmbito socioeducativo, podem, em colaboração com os professores, e inseridos em equipas multidisciplinares, criar e/ou participar em projetos na e com a própria escola, desenvolvendo um trabalho complementar ao do professor, sobretudo na intervenção com os alunos que necessitem de apoio socioeducativo e as respetivas famílias, fazendo a ponte entre a escola e a família, estreitando o seu relacionamento. Podem constituir-se como mediadores, trabalhando em conjunto com as crianças e jovens, com as famílias e com as comunidades, desenvolvendo projetos a partir das suas realidades e necessidades, no sentido de aproximar a comunidade à sua escola e se construir uma escola para todos, em todos os sentidos.

Como referimos, este trabalho é fruto de uma reflexão sustentada pelos princípios da Pedagogia Social e da Educação Social, apoiado pela experiência profissional adquirida numa escola secundária pública, enquanto educadora social desenvolvendo funções distintas da formação académica. Reflete as inquietações dos profissionais, da área da educação social, que ainda não conquistaram o seu lugar em contexto escolar, apesar de reconhecida a sua competência e benefícios a favor dos alunos, da escola e da comunidade, onde esta se encontra inserida.

Abstract

This abstract refers to the Reflective Report written in of the Masters in Educational Science, specialization in Social Psychology of the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University (FEP- UCP), Porto. Its title is “The Social Educator in a School Context: a Reflexive Testimony “based on a critical analysis of our work experience.

The incidence of this reflection is based upon the experience obtained at Paços de Ferreira Secondary School, on the work developed as Operational Assistant and Technical Assistant. We aim to link the acquired knowledge in academic training in Social Education with the knowledge and competences acquired through the experience of working in a school, enunciating its advantages and limitations.

On the level of a conceptual and methodological approach, we resorted to the conceptual matrix of Social Pedagogy while Educational Science, which involves the social educative praxis in the pluralism of its dimensions.

It is our goal to reflect on the experiences of the period in analysis, more specifically in the period between 2005 and 2012, based on the scientific area already referred, mainly because it is an area guided by values of human proximity which gives a significant number of reflection tools and critics that allow to establish the different ways of thinking the school space.

In our career and doing a different activity from the one we initially had qualifications, in direct contact with students and other professionals, we could experience and acquire a significant knowledge. This knowledge, together with the initial qualifications and the will of working as a social educator, has given us a different performance in the work with students, teachers and the whole school community and also a differentiated interpellation which, by disturbing us, has taken to this reflective way.

The report begins with a general introduction and its subsequent organization corresponds to two fundamental parts. On the first part, we have opted for an explanation of our analysis matrix in the sphere of Social Pedagogy and Social Education, considering its aspects in school context.

On the second part, we have reported to an empirical look on our professional path till obtaining a degree on Social Education, focusing on the work developed in the school, which is the basis for our reflection.

We have started by referring to the workplace and also the professional action. Throughout this professional path in a school and, although the formation / training in Social Education has never been neglected, a work on the tasks of a social educator has never been developed before. The will to do this job has always been there, though. This reality make us reflect and this feeling has led us to an agglomerate of interrogations about the possible ways of intervention of a social educator in the school context, always evoking what we do, with our guidance while a Social Educator.

This report ends with some final considerations to what we consider to be the benefits of having Social Educators in schools.

These professionals, may, in collaboration with teachers and integrating multidisciplinary teams, create and / or participate in projects in and with the school itself, in developing a complementary work to the one of the teacher's. This intervention, mainly with those students who need a social educational support and with their corresponding families, to strengthen the bond between in school and the students' family. They can act as mediators working with children, youngsters, with families and the community, developing projects that take into account the realities and needs , in the sense of making the community and school getting closer and building a school for everybody, in all aspects.

As we have already referred, this work is the result of a reflection supported by the principles of Social Pedagogy and Social Education. It reflects the Social Educators' anxieties who haven't obtained their place in the school context although their competence is recognized and benefits to students, school and the local community as well.

Agradecimentos

Quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram nesta caminhada, contribuindo para a concretização deste trabalho. Caminhada, esta que foi suavizada e iluminada por pessoas altruístas e sinceras que me incentivaram, com os seus conselhos, forças e ânimos dados em gratuidade e boa vontade.

Agradeço à Professora Fernanda Cachada pela sua constante presença, disponibilidade e conselhos, por todo o trabalho que teve comigo e, sobretudo, pela sua gentileza e dedicação. Sempre se mostrou muito profissional e uma alma generosa na partilha de conhecimentos e no incentivo à boa concretização deste trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Isabel Baptista, pela simplicidade, sabedoria e humildade em acolher e ensinar, cuja presença me fazia sentir em casa, dado o seu espírito hospitaleiro e benevolente.

Agradeço ao Diretor da Escola Secundária de Paços de Ferreira, Dr. José Valentim Teixeira de Sousa, pela total confiança, na permissão da recolha e utilização de dados da escola neste trabalho, bem como a disponibilidade e atenção demonstradas.

Agradeço à Professora Sónia Soares, pela sua gentileza e boa vontade, a sua prontidão e gosto em ajudar, constituiu uma fonte de inspiração e de apreço para mim.

Agradeço ao Dr. Elias de Jesus Filipe, pelos seus conselhos sábios e amáveis, concedidos em verdadeiro altruísmo e seriedade, que me deram força e ânimo nesta caminhada. Agradeço, principalmente, pela serenidade e postura com que me inspirou.

Um agradecimento muito especial à minha família, por tudo o que ela representa para mim, principalmente aos meus pais que, na sua simplicidade, sempre me apoiaram e se preocuparam comigo, agradeço sobretudo pelo seu amor e atenção, tornando mais suave esta caminhada.

Acima de tudo, agradeço a Deus, meu Amável Conselheiro e Íntimo Companheiro de Viagem em todos os momentos da minha vida: – *Sem a Vossa Constante e Serena Companhia, eu nada conseguiria.*

Índice

Introdução	8
Parte I – Enquadramento Teórico	10
1 – A Pedagogia Social no contexto de trabalho do Educador Social	10
1.1 – Pedagogia Social e Educação Social.....	10
1.2 – Educação Social e as exigências educativas da atualidade	12
1.3 – A Educação Social enquanto referência de desempenho profissional.....	13
2 – O Educador Social como agente Socioeducativo	15
2.1 – O Educador Social em contexto escolar.....	15
2.2 – O Educador Social na relação escola-família.....	18
2.3 – A mediação sociopedagógica na escola para todos.....	22
Parte II – Um olhar crítico sobre o percurso profissional	26
1- Enquadramento metodológico da análise	26
1.1 – Reflexão de ordem metodológica.....	26
1.2 – Acerca das questões e objetivos da reflexão.....	27
2 – Etapas da experiência profissional	29
2.1 – As várias experiências no mundo do trabalho.....	29
2.2 – Experiência profissional após a licenciatura em Educação Social	33
3 – Espaço profissional: a aprendizagem ao longo do percurso	36
3.1 – Espaço profissional: território e lugar.....	36
3.2 – Intervenção socioeducativa de um Educador Social «não autorizado»	47
Considerações Finais	52
Bibliografia	58
Outras Fontes	64

Índice de Quadros

Quadro 1 – Etapas da vida profissional-----	30
Quadro 2 – População Escolar na Escola Secundária de Paços de Ferreira-----	36
Quadro 3 – Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Paços de Ferreira--	37
Quadro 4 – Recursos Humanos da Escola Secundária de Paços de Ferreira-----	38
Quadro 5 – Ação Social Escolar-----	39
Quadro 6 – Serviços de Psicologia e Orientação-----	40
Quadro 7 – Biblioteca Escolar-----	42
Quadro 8 – Educação Especial-----	43
Quadro 9 – Gabinete de Apoio ao Aluno-----	44
Quadro 10 – Espaços de Ação do Educador Social na Escola-----	49

Introdução

O presente trabalho corresponde a um Relatório Reflexivo de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto, cujo título é «O Educador Social em Contexto Escolar: Testemunho Reflexivo». Pretende-se refletir - alicerçando a reflexão na área científica da Pedagogia Social - sobre a experiência profissional de Assistente Operacional e Assistente Técnica, numa escola secundária do ensino público, com a particularidade de ser detentora de um lugar reflexivo que nos interpelou quase diariamente, a partir da formação académica em Educação Social.

Ao equacionar os fatores motivacionais que conduziram à candidatura ao Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social emerge, desde logo, o desejo de aprofundar o conhecimento. A Pedagogia Social é a área conceptual de inscrição e referência da Educação Social e, como tal, procura-se aliar a vontade de exercer a profissão de educadora social, com a possibilidade que este percurso abre de aprofundar conhecimentos relevantes ligando-os a uma reflexão da prática profissional.

Sendo portadora de uma licenciatura em Educação Social e desempenhando funções de assistente operacional e de assistente técnica numa escola, fomos criando um espaço de interrogação sobre o papel de um educador social numa escola. Isto criou-nos um diálogo quase diário e um lugar reflexivo que nos confrontou com o funcionamento de uma escola.

A Pedagogia Social sustenta o direito de aprendizagem ao longo de toda a vida, das pessoas todas e da pessoa toda. Ao longo da nossa vida, surgem incongruências, desilusões, que vão criando em nós a necessidade de querer aprender mais para conseguirmos obter aquilo porque ansiamos. Neste sentido, podemos dizer que há a necessidade de aprender, com vista a atingir determinados objetivos. Há o intuito de aprender para encontrar o nosso lugar no mundo, na sociedade, no convívio com o outro.

Ao refletir sobre a relevância do educador social em contexto escolar, tendo por base a experiência profissional numa escola, embora exercendo funções distintas das da educação social, somos conduzidos para a convicção que existem contributos significativos a dar por parte do educador social em contexto escolar.

A pertinência no estabelecer relações positivas, entre a escola e a família, levou-nos a refletir acerca de práticas de mediação sociopedagógica.

As contribuições e aprendizagens que a experiência profissional proporcionou para nosso desenvolvimento, no trabalho conjunto com outros profissionais da educação, bem como para o entendimento da pertinência do educador social em contexto escolar, foram outro desafio reflexivo no domínio da mediação.

Parte I

Enquadramento Teórico

1 – A Pedagogia Social no contexto de trabalho do educador social

1.1 – Pedagogia Social e Educação Social

A Pedagogia Social afirma-se, e seguindo o pensamento de Isabel Baptista (2008), como saber científico que se desenvolve numa relação íntima entre a teoria e a prática, ganhando forças ao alimentar-se de múltiplos saberes. Entre estes saberes pode ser destacado o conhecimento inerente ao do educador social, que enquadra a prática educativa no campo da ação social. Refere a autora, que a Pedagogia Social é uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação, é uma pedagogia abraçada pelo social, ou seja a «pedagogia do laço social». Paulo Brandão (2007) segue conceptualmente Isabel Baptista ao defender que o ser humano não se desenvolve sozinho, mas em relação com os outros. Esta consciência ética exige ir ao encontro do outro, no pressuposto de criar laços de proximidade, o que implica a capacidade de dar e dar-se aos outros em gratuidade.

Na qualidade de seres sociais que somos, precisamos uns dos outros para sobreviver, ninguém se desenvolve sozinho, precisamos de criar laços com os outros, sermos aceites e valorizados pelos outros. Sendo a Pedagogia Social, a «pedagogia do laço social», como refere Isabel Baptista, faz todo o sentido falar em Pedagogia Social, em todas as aprendizagens que vamos realizando ao longo da nossa vida. Vamos ao encontro do que defende Fernanda Cachada (2008), ao referir que “a aprendizagem ao longo da vida ocorre em todos os momentos da vida e em todos os espaços do viver de um modo natural, desde que melhore o nível de conhecimento de um indivíduo” argumentando que “a aprendizagem ao longo da vida, terminologia da qual o senso comum se apropriou, não significa «aprender até morrer» ou «vivendo e aprendendo». Importa situar a aprendizagem como dimensão da própria vida, mas como ato intencional. A aprendizagem é um dever de todos e sobretudo, de cada um, como forma de honrar a vida, a autora defende que a “educação enquanto dimensão do humano se afirma como um direito de cada um” e que “através da educação, mais do que promover a cidadania estaremos a contribuir para um mundo com mais humanidade”.

Joaquim Azevedo (2007) sustenta que é missão da educação contribuir para que cada ser humano aprenda a viver com os outros, a tornar-se cidadão pleno de direitos e de deveres, membro de uma comunidade. Segundo o autor, é aí que cada um é chamado a ser solidário e responsável. É precisamente nesta ordem conceptual que nos situamos e defendemos o entendimento da pedagogia social como dinâmica relacional que visa essencialmente, possibilitar o desenvolvimento integral de «todas as pessoas e da pessoa toda», tratando-se deste modo, de uma tarefa socioeducativa. Joaquim Azevedo (2011) vai de encontro ao que refere Isabel Baptista, ao aludir que a pedagogia social é um conhecimento que cruza a educação de todos e ao longo de toda a vida com a criação de laços sociais solidários.

De acordo com Adalberto Carvalho e Isabel Baptista (2004), na complexidade e especificidade da ação educativa em território social, a Pedagogia Social surge-nos como uma ciência da educação que, integrando o contributo de diferentes áreas disciplinares, fornece as bases teóricas e práticas legitimadoras de uma decisão profissional contextualizada, reflexiva e autónoma. A pedagogia social fornece as ferramentas teóricas necessárias para uma intervenção que vise contribuir para tecer «laços sociais» e criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, de bem-estar e de autonomia de vida, ou seja, contribuir para que todos os seres humanos possam realizar, plenamente, a sua humanidade.

Todos nós aprendemos, e temos o direito de aprender, ao longo da vida. Neste processo é necessária abertura ao outro, a hospitalidade, defendida por Isabel Baptista, no sentido de acolher o outro, saber escutá-lo, conduzindo-nos à humanização da educação, pois ninguém se desenvolve sozinho. Como refere Joaquim Azevedo (2011), “a vida de cada ser humano é muito curta. Se pensamos o desenvolvimento social enclausurados no nosso pequeno mundo, sem fazermos desabrochar o sentido de pertença, sem a perspetiva histórica, solidária e comunitária da procura do bem comum, em diálogo aberto e ação coletiva, bem podemos viver sob o signo da pressa e da urgência, que de pouco ou nada adiantará querermos supostamente resolver individualmente os problemas, os nossos e os dos outros.” Refere o autor que é necessário ouvir o outro, não só os diferentes pontos de vista, como a disponibilidade de cada pessoa para a promoção de mais e melhor educação para todos, ao longo de toda a vida e com a vida.

1.2 – A Educação Social e as exigências educativas da atualidade

A Educação Social situa-se no ponto de encontro e de cruzamento entre a área do trabalho social e a área da educação, como referem Adalberto Carvalho e Isabel Baptista (2004). Sustenta Cindy Vaz (2010), que “entendemos a pedagogia social como um saber matricial de todas as áreas de intervenção social de caráter pedagógico, entre os quais se insere a educação social”. O educador social desenvolve uma ação educadora no terreno do trabalho social seguindo, nesta linha de pensamento, os mesmos objetivos quer das ciências sociais, quer das ciências da educação, no espaço da intervenção socioeducativa. Deste modo, a educação social ao agrupar perspetivas disciplinares e projetos de intervenção, estabelece a relação entre o saber próprio da pedagogia e do trabalho social.

Segundo Isabel Baptista (2001), a educação social deve ser valorizada como um direito de todos os cidadãos, seja em que etapa de vida se encontrem, estejam, ou não, em situação de vulnerabilidade social, inserida no quadro de uma pedagogia social. Joaquim Azevedo (2011), em concordância com Isabel Baptista, sustenta que, a pedagogia social dentro das ciências da educação, surge-nos como um campo privilegiado de conhecimento e de atuação sociopolítica para a realização do direito universal à humanidade e dignidade de cada ser humano. Por sua vez, Fernanda Cachada (2008), suporta que “a pedagogia social ocupa um lugar privilegiado na conceção de respostas socioeducativas adequadas à diversidade do mundo contemporâneo, sobretudo relativamente à exigência de aproximação entre o mundo escolar e social”.

O termo Pedagogia Social, segundo José Caride (2005), refere-se à amplitude e à extensão da ação educativa, não se reduzindo apenas à sua «forma escolar». A figura do educador social deve ser conceptualizada à luz desta prática educativa, com o intuito de reconfigurar o papel da comunidade local como «sujeito» do acontecimento educativo. A dimensão «social», não define o tipo de ação educativa (o social definido como problemática), mas expressa e traduz o trabalho educativo dirigido a toda a população, para além dos âmbitos clássicos, como a família e a escola. Deste modo, a prevenção é vista no sentido de dotar os sujeitos de instrumentos que lhes possibilitem o seu desenvolvimento integral, sendo portanto uma estratégia de transmissão e mediação educativa, social e cultural. A prevenção, assim entendida, deixa de ser dirigida apenas a determinados setores da sociedade, como grupos populacionais em risco, para ser

direcionada a toda a população em geral, tendo no horizonte a aprendizagem ao longo da vida.

1.3 – A Educação Social enquanto referência de desempenho profissional

Entendemos o educador social como um profissional que assume uma relação de proximidade humana para definir projetos, que contribuam para ajudar pessoas e/ou grupos de pessoas, ou populações em situação de risco de exclusão ou de vulnerabilidade social, a desenvolverem a sua autonomia, trabalhando lado a lado com estas pessoas, apoiando na construção dos seus projetos de vida. Segundo António Oliveira (2001), o objetivo central da formação em educação social é o desenvolvimento de competências profissionais que contribuam para a salvaguarda da autonomia pessoal e o exercício pleno da cidadania, por parte de indivíduos e grupos que, por motivação ou fatores diversos, se encontrem em situação de risco.

De acordo com Adalberto Carvalho e Isabel Baptista (2004), o desenvolvimento da educação social está relacionado com a agudização dos fenómenos de exclusão social, com a tomada de consciência política dos mesmos e com a diminuição dos processos assistenciais e de intervenção tradicionais. O educador social é um profissional vocacionado para o acompanhamento humanizado das situações de rutura ou pré-ruptura, ou seja, desenvolve o seu trabalho junto de populações consideradas em risco, no sentido de as ajudar a desenvolverem a sua autonomia. Este profissional, no âmbito das suas ações, privilegia as atividades de prevenção e de inserção, sem utilizar a coação, pois tem no seu horizonte ajudar as pessoas e não coagir.

O educador social pode desenvolver a sua ação em vários contextos e espaços, onde se encontrem pessoas em situação de risco social, das quais referimos: escolas, centros de saúde, bairros sociais, câmaras municipais, centros de dia, lares de terceira idade, instituições que acolhem menores em risco, creches, entre outros. Para a prossecução do seu trabalho, estes profissionais podem exercer a suas competências integrados em equipas multidisciplinares e desenvolver um trabalho em rede e em parceria com outras instituições sociais. Sustentamos que a parceria fundamenta-se no princípio de que as boas ideias estão regularmente distribuídas por todos os grupos sociais e a colaboração conduz a melhores ideias. Estes profissionais podem desenvolver portanto, um trabalho de mediação social.

A atuação do educador social pode fazer a diferença, pois tendo no seu horizonte ajudar populações em situação de vulnerabilidade social, a construir projetos de vida e a desenvolverem a sua autonomia, combate a exclusão social, atuando pois, no âmbito da prevenção. Os objetivos da educação social centram-se em colaborar na harmonia, integração, equilíbrio e formação dos diferentes aspetos da vida do cidadão, visando promover as relações sociais, ou seja, procura que cada um encontre o seu lugar na sociedade.

De acordo com Adalberto Carvalho e Isabel Baptista (2004), o educador social é e terá de ser, um profissional culto e atuante capaz de, profissionalmente, ajudar pessoas ou grupos, em dificuldades, na construção de projetos autónomos de vida. Estes profissionais vão para o terreno, entram em contacto com as populações em risco, com o intuito de as ajudar a encontrar a sua autonomia, precisando primeiro de as conhecer, ouvir, para posteriormente, em conjunto com estas pessoas, desenvolverem projetos de vida, daí serem considerados por Isabel Baptista (2000), como «especialistas de mãos vazias».

A educação social é uma profissão marcada pela polivalência técnica, pela pluralidade de funções e pela diversidade de contextos de trabalho, tendo no seu horizonte o desenvolvimento humano, sendo marcada pela atenção ao outro. De acordo com a autora acima nomeada, os educadores sociais, enquanto profissionais habilitados para uma intervenção na esfera social, confrontam-se quotidianamente com o lado mais obscuro da vida e do mundo, uma das suas tarefas mais importantes é lembrar que o sofrimento humano existe e que é necessário, e possível, construir respostas eficazes que nos permitam combatê-lo, contrariando a indiferença, o fatalismo e a inércia.

Porque vocacionada para o outro, argumenta Isabel Baptista (2001), a atividade profissional do educador social exige, a par de uma sólida preparação técnico-científica, espírito de entrega, envolvimento pessoal e capacidade de compromisso. Deste modo, os educadores sociais podem ser considerados «agentes de mudança», pois não lidam com problemas ou com disfunções, mas com pessoas, acompanhando-as no processo de apropriação crítica das suas histórias de vida, convocando-as para o exercício pleno da sua cidadania e ajudando a despertar nelas o desejo de futuro. Daí a centralidade da relação interpessoal no processo educativo.

2 – O Educador Social como agente socioeducativo

2.1 – O Educador Social em contexto escolar

A importância da escola e da escolaridade obrigatória deriva não apenas do facto de, assim se impedir que as crianças sejam submetidas aos fenómenos de trabalho infantil, mas sobretudo por que as educa e forma, tornando-as mais conscientes dos seus direitos, mais qualificadas, mais exigentes e, menos sujeitas a condições injustas e riscos profissionais quando ingressarem no mercado de trabalho. Com Joaquim Azevedo (2011) defendemos que “a educação surge-nos como um campo privilegiado na realização do direito universal à humanidade de cada ser humano”. O Conselho Nacional de Educação (CNE), no relatório de atividades relativo ao ano de 2011 (Relatório n.º 1/2012), defende que “sendo a educação e a formação pilares incontestáveis do desenvolvimento do ser humano e das sociedades e fatores importantes de coesão social, impõem-se a todos e a cada um, e ao longo de toda a vida, como instrumentos basilares para a sobrevivência com qualidade, num mundo em constante mudança e dominado pela incerteza no futuro.”.

Segundo Helena Marujo (2002), a educação formal, é cada vez mais, uma necessidade, uma exigência e um elemento do crescimento ao qual não é possivelmente desejável escapar. Proporciona a oportunidade de aceder a uma carreira profissional, concorrendo para uma equilibrada integração social. Mas, apesar desta relevância ou até mesmo por causa dela, a relação dos jovens com o estudo e com a escola é, mais do que nunca, problemática, tendo-se transformado numa fonte de múltiplas preocupações para pais e professores. Entendemos que, para além de obrigatório, é necessário que a escola seja atrativa, formativa e útil para os alunos. Por escola útil, Maria Josefina Leitão (2000), entende que, após o cumprimento da escolaridade, esta permita aos alunos a passagem para um patamar superior em termos de via de ensino, de formação profissional ou de trabalho, em situação melhor do que conseguiria sem escolaridade.

O educador social estando vocacionado para desenvolver a sua atividade junto de pessoas e comunidades consideradas em situação de risco, no âmbito de uma educação não formal, pode também desempenhar papéis relevantes em contexto escolar. Recorrendo de novo ao pensamento de Isabel Baptista (2000), os educadores sociais, em estreita colaboração com outros educadores, podem dinamizar projetos educativos extraescolares, promover a mediação entre a escola e as famílias, dinamizar atividades

de tempos livres, tendo um contributo decisivo a dar na realização prática do ideal de uma educação durante toda a vida e para todos. Os educadores sociais podem ser considerados profissionais da educação e também trabalhadores sociais, uma vez que desenvolvem uma ação educativa no terreno do social. Isabel Baptista (2000) refere que estes profissionais estão situados entre os educadores professores e os trabalhadores sociais, partilhando com os primeiros o mesmo saber profissional de referência, o saber pedagógico e com os segundos os mesmos territórios de intervenção, ou seja, estão especificamente preparados para desenvolver uma ação educativa em espaços sociocomunitários.

De acordo com Joaquim Azevedo (1994), a escola não deve recusar o desafio social e cultural que lhe é colocado e que lhe advém sobretudo, do facto de ser a única instituição social que acolhe todas as crianças e grande parte dos adolescentes provenientes de meios desfavorecidos. Daí serem importantes as parcerias com outras instituições sociais como centros de saúde, autarquias, instituições e associações culturais. Refere também o autor, que estas redes “ajudam a enraizar a escola, a levar para fora e a trazer para dentro dela incalculáveis ajudas para melhorar o seu próprio desempenho profissional,” e que seria muito estimulante que alguns projetos educativos de escola deixassem de ser obra exclusiva dos professores e passassem a incluir os pareceres e as atividades dos alunos e dos pais, bem como a participação de outros atores sociais, onde se incluem os educadores sociais.

A Educação, segundo Rita Gradaílle Pernas (2010), é um fenómeno social complexo que não pode ficar reduzido ao que acontece na escola. Refere a autora que se queremos que a escola forneça o pleno desenvolvimento da personalidade e das capacidades dos alunos, temos que apostar fortemente na educação e dotá-la de todos os meios humanos e materiais precisos. Isto supõe necessariamente abrir as portas da escola e permitir a entrada de outros profissionais da educação, que configurem equipas multidisciplinares competentes. Diante desta realidade, a educação social tem muito que dizer, segundo a autora, pois surge como disciplina que completa os objetivos assumidos pela escola, no âmbito das suas competências. A autora argumenta ainda que, para educar em igualdade, é preciso identificar e corrigir os desequilíbrios que se dão na escola, tanto dentro como fora das salas de aula. Isto implica ter uma visão mais global e contemplar o espaço educativo como um espaço permeável. Os professores preocupados em dar as aulas e formar academicamente os alunos, não têm tempo, nem estão habilitados para solucionar estas necessidades. É preciso buscar cooperação

noutros profissionais da educação. Estes profissionais podem trabalhar em vários projetos, integrando equipas de apoio em trabalho conjunto, cooperando na elaboração e desenvolvimento de programas educativos. Podem também prestar ajuda aos alunos e a todos os processos relacionados com os mesmos, como a elaboração de programas de convivência igualitária, a criação de espaços de trabalho interdisciplinares e a programação de trabalhos em tempos não letivos.

Entendemos a educação social como prática mediadora, como nexo de união entre o que acontece fora e dentro da escola e como ferramenta para promover a troca social e cultural, que nos permita sacudir os estereótipos que condicionam o desenvolvimento das sociedades em termos igualitários e democráticos. O educador social pode dar o seu contributo no fazer a ponte entre o que acontece fora e dentro da escola, pois como refere Joaquim Azevedo (1994), as escolas não devem isolar-se da sociedade, mas devem facilitar o estabelecimento de pontes entre vários atores sociais em ordem ao desenvolvimento local, referindo que uma escola fechada ao meio e apenas aberta ao que vem de fora e de cima é uma escola desequilibrada e muito limitada na sua ação social.

2.2 – O educador social na relação escola-família

Ao referirmo-nos à relação entre a escola e a família e como bem clarifica Joaquim Azevedo (2011), a família “é a única e insubstituível instituição social que contém a textura relacional e a profundidade de relacionamento e comunhão humanos que permitem a fundação dos alicerces do pleno desenvolvimento da humanidade de cada ser e da sua vida”. Segundo o autor, “o contributo social da família assenta numa originalidade própria, que deve ser conhecida, favorecida e reconhecida por toda a sociedade, como matriz de realização humana e de promoção do bem comum” Contudo, o autor também argumenta que muitas famílias não cumprem esta sua missão educativa, depositando na escola o dever de suprir esta carência. Esta não é a missão da escola. Segundo o autor, o que temos de perguntar é: “que pode a comunidade fazer, a começar pelo tecido social local, pela Cidade, pelos atores-autores e pelo modo de organização das cidades, pela ordem laboral vigente, pelos vizinhos e pelos serviços sociais que estão ao serviço do bem comum, para apoiar estes pais, estes filhos e as famílias?” Ainda segundo este, a escola como instituição educativa, deve cooperar com as outras instituições da comunidade e apenas enquanto tal, uma vez que “não tem textura relacional e afetiva, nem textura organizacional que lhe permita atuar e bem, nestes domínios socioculturais”. Na verdade, Joaquim Azevedo defende que “a escola nunca poderá apresentar-se como a instituição social capaz de substituir o papel educativo da família”. Parece-nos, efetivamente que a escola não se organiza, nem pretende cumprir tal papel.

A escola e a família, enquanto instituições distintas, devem utilizar as suas competências para a promoção do sucesso educativo dos alunos. O educador social tem, entre os seus papéis e atribuições de índole profissional, a cooperação no estreitamento desta relação, com a convicção de que o sucesso educativo só é possível com o trabalho de todos. Maria Emília Costa (2003), defende que “torna-se necessário que a família e a escola empreendam projetos comuns de cooperação, por mais complexas e conflituais que sejam os interesses, valores, expectativas, poderes e culturas dos dois interlocutores, para não adiarem ou silenciarem esta tarefa comum na qual dificilmente alguém os poderá substituir.” O envolvimento dos pais na educação escolar dos filhos é um direito, tanto como uma responsabilidade e um valor. A participação ativa dos pais no processo de aprendizagem pode melhorar o desenvolvimento das crianças e jovens. Refere Helena Marujo (2002) que o êxito escolar está profundamente relacionado com a

participação dos pais na educação dos filhos. Também Joaquim Azevedo (1994), alude que “se uma organização escolar visa o ensino e o desenvolvimento das nossas crianças e jovens, então ela é, por natureza, um lugar da comunidade, onde os pais são os primeiros a ter uma palavra a dizer.”. Quanto melhores pais forem, incluindo aí o acompanhamento atento e incentivador do percurso escolar dos filhos, melhor educação escolar também estão a construir, de modo sério e sustentado. Evidencia-se, pois, a necessidade dos pais cooperarem com a escola que os filhos frequentam mas, o mesmo autor, não deixa de alertar que “qualquer enfraquecimento da família e da educação que no seu seio se promove, vai repercutir-se negativamente na escola e na sua missão educativa, além de ter o mesmo tipo de repercussão em toda a sociedade.”

Também Madalena Alarcão (2002) defende que “tanto a família como a escola têm a obrigação de educar a criança” salientando que “o estatuto, os papéis e os objetivos específicos da família e da escola não são iguais e é por isso que as relações entre ambos têm tanto de simétrico como de complementar”. Mais do que nunca, pais e professores sentem que necessitam de trabalhar em conjunto, para que as crianças tenham sucesso como pessoas e como alunos. Neste processo o educador social, pode fazer a diferença, estreitando a relação da escola com a família. De facto o educador social, no âmbito das suas competências, é um profissional que pode trabalhar tanto com os alunos, como com as suas famílias, fazendo a ponte, permitindo que se conheça melhor a realidade social dos alunos em situação de risco e incentivando a participação ativa dos pais no processo educativo dos filhos.

A relação escola família é defendida na Lei de Bases do Sistema Educativo (art.º 3º) e abre perspectivas para uma maior participação das famílias no processo educativo e na vida da escola. Os pais podem constituir uma rede de apoio aos professores, colaborando com eles no desenvolvimento de estratégias, que visem melhorar o rendimento escolar dos seus filhos. No entanto, parece-nos que a realidade se afigura algo diferente, pois os pais continuam a ser, na sua generalidade, uma presença silenciosa na escola.

Refere Milice Santos (1999), que do ponto de vista da escola, os professores queixam-se, frequentemente, que não têm uma formação para trabalhar com adultos. Não reconhecem os pais como parceiros nos problemas escolares, embora os pais sejam representados como úteis quando há problemas institucionais, mas não como parceiros para discutirem problemas que podem ter a ver com as dificuldades de aprendizagem ou com comportamentos disfuncionais dos filhos, problemas de organização ou ainda sobre

os projetos de escola. São, sobretudo as classes mais desfavorecidas, que menos são reconhecidas interlocutoras para discutir os problemas educativos. Segundo a mesma autora, do ponto de vista das famílias, estas consideram que não têm informações úteis para dar à escola e não se sentem familiarizadas com o clima escolar. Desvalorizam assim, as suas capacidades para discutirem problemas de aprendizagem, sobretudo se não têm uma cultura que lhes permita compreender a cultura escolar. Por outro lado, é mais fácil, desresponsabilizar-se do que sofrer algumas exigências que escola impõe, “receiam ainda consequências negativas que possam advir se afirmarem as suas opiniões na escola”. (Milice Santos, 1999). Existe entre estes dois sistemas uma descontinuidade cultural. A escola funciona com uma família ideal, as famílias não se coadunam, muitas vezes, com essa representação. A escola deve ter em conta que cada família é uma família com a sua estrutura, normas, ritmos e ritos, modalidades de comunicação, estilos de vida e valores. O educador social pode ajudar nesta relação pois, no desenvolvimento da sua atividade, pode fazer a ponte entre estas duas instituições.

A escola não pode ter frente às famílias uma perspetiva normativa nem um papel de controlo social. Estes dois sistemas, enquanto parceiros educativos necessitam de utilizar ao máximo as suas competências, construindo desta forma o sucesso educativo. Deste modo, como refere Milice Santos (1999), ninguém vai dizer que as escolas têm de ser como os pais querem, ou os pais têm de ser como a escola quer. O que têm é de se respeitar nas suas próprias heterogeneidades e têm de saber clarificar e negociar, alargando finalidades comuns e implementando projetos. Refere Helena Marujo (2002) que importa lembrar a regra dos três Cês na relação família escola. Para se conseguir que seja fértil e positiva tem de estar alicerçada na Confiança, na Cooperação e na Comunicação. E como argumenta Joaquim Azevedo (2011), a sociedade e o Estado devem prestar às famílias todos os meios que lhes permitam exercer devidamente todos os seus deveres educativos.

Por sua vez, Pedro Silva e Conceição Coelho (2010) defendem que a relação entre a escola e a família não se confina à interação pais professores. A escola não é mais o território exclusivo de professores, alunos, funcionários, defendendo a integração nas escolas de outro tipo de profissionais como assistentes sociais, animadores culturais, educadores sociais, profissionais em ciências da educação, mediadores culturais, aludindo que “isto não significa que todas as escolas devam ter toda esta plêiade de profissionais. Tal deverá ser avaliado em função da especificidade de cada contexto.”

O educador social pode ter um papel importante na relação entre a escola e a família, não só trabalhando com os alunos, pais e professores, mas também num processo que deve envolver um trabalho em rede com outros profissionais, estabelecendo parcerias com outras instituições, quer seja a escola, a família, os serviços de saúde e de solidariedade social. O educador social pode exercer uma prática mediadora, favorecendo a comunicação entre o que acontece fora e dentro da escola, pois como refere Ricardo Vieira (2010), é necessário “pensar não apenas no aluno, mas na pessoa do aluno, o que não está só na escola, mas, também, entre a escola e o lar.” O educador social pode, pois, estabelecer a ponte entre a escola e a família, num trabalho de mediação sociopedagógica, que a seguir abordaremos.

2.3 – A mediação sociopedagógica na escola para todos

Ao procurarmos aprofundar o conhecimento que detemos sobre práticas de mediação sociopedagógica em contexto escolar, e reconhecendo nesta alicerces conceptuais na Pedagogia Social, importa lembrar que o conceito de escola tem vindo a mudar, sendo recorrentemente visíveis desafios de abertura da escola a outros intervenientes que não os tradicionais. Como defendem diversos autores¹, “a escola não é mais a escola ilha ou a escola-muro” para se tornar crescentemente numa escola-comunidade e/ou comunidade educativa.

Por outro lado a democratização da escola tornou mais evidente a heterogeneidade dos alunos. A escola para todos deu visibilidade a muitos problemas/dificuldades que até então se encontravam no exterior dos muros institucionais. A escola para todos, ao contrário do que muitas vezes possa parecer, não criou novos problemas. Estamos convictos que muitos deles já existiam embora não entrassem nos espaços da escola. Institucional e formalmente esta não tinha que conviver com eles.

A mediação sociopedagógica em espaço escolar adquire pertinência, precisamente e no nosso entender, porque a escola está mais habituada a lidar com a homogeneidade do que com a heterogeneidade. As necessidades de adaptação a uma nova realidade terão que ser encaradas sob pena de não se estar a construir uma escola para todos, mas uma escola para alguns. A massificação do ensino fez chegar à escola novas culturas e novas atitudes e esta «passou a ter que lidar com uma grande diversidade de alunos» (PNAPAE, 2004) e passa a integrar as competências da escola ser capaz de reconhecer a diversidade. Também, Joaquim Coimbra (2003) argumenta que “a variedade de culturas, subculturas, valores, representações do mundo e do futuro de que são portadores originaram novos desafios à escola e aos professores.” Todos os alunos trazem saberes, culturas e vivências que os distinguem dos demais, têm histórias de vida que não podem ser ignoradas.

A escola para todos solicita de maneira crescente a intervenção, entre outros profissionais, dos educadores sociais pois impõem-se novos tipos de intervenções socioeducativas junto das crianças e jovens e nas relações, por todos, estabelecidas. A escola tem de se preparar para a convivência e tem que criar condições para todos os

¹ Joaquim Azevedo, António Nóvoa, Isabel Baptista, Licínio Lima.

alunos, inclusive os que não conseguem adaptar-se ao atual «formato escolar». Como refere Ana Maria Vieira², a escola tem que fazer esta mudança, “é uma utopia, mas é das utopias que nascem as coisas boas”.

Não raras vezes, os problemas pedagógicos relacionados com a indisciplina dos alunos são vistos como problemas escolares quando na realidade, são problemas sociais. Refere Ricardo Vieira (2010), que a “escola para todos tem como consequência direta, a transformação dos problemas sociais em problemas escolares” resultantes da pobreza, do desemprego, violência infantil, levando a que se “pense no alargamento das funções dos professores, perspetivando a profissão como algo próximo do trabalho social”. Joaquim Azevedo (2011) defende que “transfigurar problemas sociais em problemas escolares é um equívoco, que nada resolve”.

Na instituição escolar, interagem docentes, não docentes, todos eles diferentes, todos com níveis de desenvolvimento distintos, cada um transporta consigo a sua história, as suas experiências, os seus significados, as características dos seus contextos de vida. É no encontro e na eficácia da comunicação entre o conjunto de atores, que se constrói a identidade da comunidade escolar, com o contributo evidente de práticas de mediação.

A mediação sociopedagógica em contexto escolar pode antecipar, prevenir e, eventualmente, ajudar a gerir os conflitos na escola. Este é um campo de atuação privilegiado para o educador social, em contexto escolar. Como afirma Ricardo Vieira (2010), “o professor, por muito multifacetado que seja, não está preparado para este tipo de trabalho, embora, por vezes, o tente fazer por voluntarismo e disposição cultural”, e que “o interesse e a disponibilidade de alguns professores para a intervenção no social são encarados como manifestações de índole pessoal, extraordinárias ao trabalho docente”. Refere o autor, que “a falta de preparação dos professores para enfrentar os problemas sociais que surgem na escola é normal”, uma vez que a formação de docentes não prepara para intervir especificamente no social, sendo claro que se torna mais eficiente e rico que cada profissional deva desempenhar as tarefas inerentes à sua área de formação. Deste modo, os profissionais sociais devem ser vistos como parceiros dos

² Intervenção de Ana Maria Vieira – Ciclo de Seminários em Pedagogia Social – Mediação Sociopedagógica e Cultura Escolar realizado em 23-03-2012 na Faculdade de Educação e Psicologia da Católica

professores, pois dada a complexidade e heterogeneidade de alunos, a escola só cumpre a sua missão, num trabalho realmente interprofissional.

Na construção dessa interprofissionalidade, o trabalho de mediação sociopedagógica pode revelar-se importante nas escolas, pois como argumenta Fernanda Cachada (2008), o “mediador tem um papel preponderante a desempenhar na tarefa de criação de laços ou de redes sociais numa lógica de proximidade humana” e como tal, na gestão de conflitos, ao funcionar como agente de ligação entre as pessoas mas também entre instituições, a mediação visa conseguir promover relações positivas entre as pessoas e as instituições.

A atuação do educador social surge como um excelente contributo para o sucesso educativo dos alunos, em conjunto com outros agentes educativos, com o intuito de mediar tensões e problemas sociais, bem como atuar na gestão de conflitos, no pressuposto que, como defende Maria Emília Costa (2003), “o conflito é para ser vivido, e não evitado ou mesmo solucionado. Pensar diferente é sentir diferente, é inerente às relações humanas e potencialmente fonte de crescimento.” Argumenta a autora, que discutir essas diferenças e mostrar que não pensamos da mesma forma é absolutamente saudável, pois todos somos diferentes e temos direito à nossa individualidade.

Os educadores sociais, tal como defende Ricardo Vieira (2010), podem constituir-se como “mediadores na comunidade educativa, na própria escola e entre a escola, as famílias e as comunidades donde partem todos os dias as crianças e jovens transformados em alunos na escola” e que trazem histórias e vivências de vidas distintas, muitas delas colidindo com a cultura escolar. Todo este trabalho de mediação, pode “ser feito na escola com o trabalho em equipa, onde o professor não esteja tão sozinho e a falar da comunidade que lhe fica por vezes tão distante e com a qual tem de haver muita comunicação e muitas pontes e mediação que, às vezes, nem ele nem o diretor de turma conseguem concretizar sem outros profissionais em rede”.

Neste trabalho de mediação, e em particular na mediação sociopedagógica, tem de haver empatia, simpatia, amizade e também assertividade, só assim poderemos chegar verdadeiramente aos alunos, com o intuito de promover o seu desenvolvimento. O mediador é a pessoa que faz a “ponte entre margens, funcionando como um facilitador de encontros”. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, pois como refere Américo Peres (2010), “o reconhecimento da mediação pedagógica, entendida como facilitadora de relações interpessoais positivas, tem sido lento. A criação de programas

de convivência nas escolas potenciadores de lugares de encontro entre famílias, professores, alunos e funcionários, ajudada pela entrada de profissionais de educação social e animação sociocultural, entre outros, não tem correspondido às necessidades e expectativas das comunidades educativas”, embora sejam reconhecidos os contributos que estes profissionais possam dar em contexto escolar.

Parte II

Um olhar crítico sobre o percurso profissional

1 – Enquadramento metodológico da análise

1.1 – Reflexão de ordem metodológica

Sendo este trabalho uma reflexão sobre a experiência profissional enquanto educadora social, conceptualmente enquadrado pelo domínio científico da Pedagogia Social, assumimos, e no seguimento do que refere Glória Serrano (2002), metodologia como o conjunto de atividades que devem desenvolver-se, ou seja, as ações e os procedimentos que são necessários realizar, para alcançar as metas e os objetivos propostos.

Refere Pedro Silva (2003), que o lugar da metodologia é o lugar onde as teorias se confrontam com as observações, onde os conhecimentos empíricos se articulam em pensamento teórico. Na medida em que nos propomos refletir sobre as experiências profissionais adquiridas numa escola, recordando para esse efeito, a integração do conhecimento adquirido com a formação superior em educação social, consideramos que este processo se assumirá como um percurso investigativo no qual as metodologias utilizadas assentam primordialmente numa aproximação a processos de ordem reflexiva sobre a experiência profissional vivida.

Assumimos e ainda de acordo com o autor acima referido, que a «mera» observação nunca é «pura», nem neutra, mas impregnada de teoria. Ao entrar no mundo de trabalho, acabados de concluir uma licenciatura, temos a inclinação natural de olharmos os contextos, onde vivemos e agimos, à luz do conhecimento obtido nos processos formativos pelos quais construímos a nossa profissão. Assim aconteceu no percurso profissional sobre o qual reflete o presente Relatório. Embora não exercendo a profissão de educadora social, o nosso olhar esteve, não raras vezes, imbuído da teoria proveniente da formação de base.

Em modo complementar, foram assumidas estratégias metodológicas, desde logo, a análise de documentos e pesquisa bibliográfica mostrou-se pertinente. Estes procedimentos iniciais de análise foram essenciais, pois como refere Teresa Vilhena (1999), sendo a realidade tão complexa, importa recolher um corpo de informações que leve à obtenção de um conhecimento o mais rico e completo possível daquela, e que

cada vez mais a avaliação se torna investigação e como tal, torna-se também num método científico, que nos ajuda a perceber a realidade e ajustar esforços, no sentido de um maior aperfeiçoamento.

1.2 – Acerca das questões e objetivos da presente reflexão

A postura do educador social, inserido numa escola, requer um olhar diferente, pois, o olhar sociológico e como tal, o olhar que pretendemos assumir enquanto investigadores críticos da nossa ação, reivindica um outro modo de ver. José Machado Pais (2006) realça, de modo bastante claro, a diferenciação que o próprio assume entre «olhar intrometido» e um «olhar comprometido», isto é, que envolve um compromisso, “intrometido e comprometido é tanto mais objetivo quanto mais tocado por uma subjetividade conscientemente cúmplice do observador”. Neste processo de reflexão pretendemos aferir sobre a pertinência dos conhecimentos adquiridos ao longo da experiência profissional em trabalho conjunto com outros profissionais. O olhar do outro, a opinião que o outro tem a nosso respeito nunca nos deixa indiferentes, nós influenciámos e somos influenciados. Assim, assumimos a importância do «olhar intrometido e comprometido» de que fala o autor.

Para Pedro Silva (2003), toda a pesquisa pressupõe que a interação se faz na base da existência de atores sociais competentes e que todo o ator social competente é em si mesmo um teórico social, que rotineiramente faz interpretações do seu comportamento e das intenções, razões e motivos de outros que são fundamentais para a produção da vida social. Esta é também a posição que pretendemos assumir no presente relatório. Na nossa atividade profissional, em contacto com os outros, temos que procurar conhecer e reconhecer. É este conhecimento mútuo que nos permite entrever que nós sempre influenciámos e somos influenciados pelos outros.

As inquietações que foram surgindo ao longo do percurso profissional, sobre o qual reflete o presente trabalho, bem como as vivências experimentadas, conduziram-nos ao elencar de um conjunto de interrogações aos quais se procurará responder refletindo sobre as questões seguintes:

- No exercício da profissão de assistente operacional e de assistente técnico, como se vislumbra a atuação do educador social em contexto escolar?

- Que tipo de respostas se deu enquanto assistente operacional e enquanto assistente técnico e que resposta daria, no mesmo contexto de trabalho, enquanto educador social?
- Que mais-valia traria o exercício da profissão educação social no contexto escolar concreto?

O percurso reflexivo encetado situa-se em torno das questões que acabamos de enunciar recordando que, para tal, procedemos a um exercício de autorreflexão combinado com a projeção do trabalho do educador social em contexto escolar.

2 – Etapas da Experiência Profissional

2.1 – As várias experiências no mundo do trabalho

Como temos vindo a referir, este trabalho incide sobre a experiência profissional adquirida na Escola Secundária de Paços de Ferreira, após a licenciatura em Educação Social. Porém, e até chegar ao presente momento, foi percorrido um caminho que contribuiu, inevitavelmente, para a formação do carácter sustentada em aprendizagens que contribuíram para o crescimento pessoal e profissional. Deste modo, todas as experiências de trabalho são dignas de serem mencionadas, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida.

Todas as atividades que fomos desenvolvendo, a título quase de registo mais intimista, foram marcadas pela presença de uma inquietação, um desejo de querer encontrar o nosso lugar no mundo, uma ânsia de nos sentirmos úteis, querer realizar um trabalho direcionado para os outros. Mas a realidade do mundo do trabalho nem sempre é esta, estamos convictos da necessidade de trabalhar para sobreviver e, muitas vezes, passamos por contextos profissionais que se assumem custosos, que nos limitam a liberdade, mas que temos de cumprir sob pena de não sobrevivermos economicamente. Contudo, e um olhar à distância, permite-nos afirmar que todas as experiências do mundo do trabalho contribuem para o nosso crescimento, facultam-nos uma bagagem que nos prepara para a vida, no contacto com o outro. Se formos capazes de olhar para as oportunidades que a vida nos oferece, para tentar encontrar o nosso lugar no mundo, as experiências menos agradáveis no mundo do trabalho poderão até funcionar como incentivos para não desistirmos da nossa procura.

No seguimento do acima afirmado, a nossa opção foi justamente valorizar todas as etapas do nosso percurso profissional e apresentamos, para o efeito, um quadro resumo com as várias experiências no mundo do trabalho.

Quadro 1 – Etapas da vida profissional

Data	Profissão	Atividade Desenvolvida
1980 – 1985	Empalhadeira de Móveis	Trabalho manual realizado em casa.
1985 – 1997	Operária Têxtil	Costureira. Trabalho exercido numa empresa têxtil.
1998 – 2002	Ama	Assegurar as necessidades de duas crianças. Atividade desenvolvida em casa particular.
2005 – 2009	Assistente Operacional	Auxiliar, em contexto educativo escolar, nas micro necessidades de funcionamento
2009 – 2012	Assistente Técnica	Assumir processos de gestão administrativa ao nível de serviços administrativos de uma escola.

Ana Paula Mendes, 2012

O desejo de ter um emprego orientado para o serviço ao outro, muitas vezes surge espontâneo, nascendo de uma vontade superior que nos impele, a que podemos chamar de vocação. Assim aconteceu neste percurso profissional. Sempre esteve presente o desejo de «trabalhar com as pessoas e não apenas para as pessoas», sem o conhecimento que, para além de anseios, estes se definiam como grandes objetivos da educação social.

Ao nos determos sobre a experiência profissional, que servirá de base para a nossa reflexão, rememorámos de imediato o nascimento no seio de uma família humilde e o ingresso prematuro no mundo do trabalho. Em termos de certificação, o percurso escolar foi abandonado com o 6º ano de escolaridade tendo sido desempenhadas tarefas de empalhadeira de móveis como primeira experiência profissional, num ambiente familiar.

Este primeiro emprego forneceu, muito precocemente, o reconhecimento do valor de ter uma ocupação remunerada, bem como a sensação de utilidade alcançadas, pois havia valoração familiar. Pertencendo a uma família com baixos recursos económicos e vendo que a colaboração de todos concorria para atenuar a pobreza, trazia uma sensação de bem-estar. Havia liberdade, pois o trabalho era desenvolvido em casa, em família.

Refletindo sobre esta primeira experiência no mundo do trabalho, sustentamos que nos parece possível identificar lógicas de uma aproximação ao universo conceptual da Pedagogia Social, no sentido em que aqui estiveram presentes valores como a solidariedade, a gratuidade, a boa vontade, foi compreendido o valor das ações prestadas, o que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento pessoal.

A segunda experiência profissional tem como marca de reconhecimento e valor de destaque o facto de corresponder a um emprego mais seguro e melhor remunerado. O trabalho numa empresa têxtil, onde se executa um trabalho em série, e onde se foi aprendendo com a prática, não se mostrou, contudo e apesar da segurança, gratificante. Laborar numa fábrica trazia uma sensação de aprisionamento. Enquanto empalhadeira de móveis, a atividade era desenvolvida em casa, mas agora todos os funcionários estavam confinados aos espaços de uma fábrica, sentados frente a uma máquina de costura todo o dia, fazendo sempre o mesmo. Um emprego que trouxesse sentimentos de utilidade, onde se pudesse ajudar as pessoas, trabalhar com elas num contacto mais direto, estava-nos vedado devido ao facto de os estudos terem sido abandonados precocemente e as habilitações literárias serem muito baixas. A única saída possível teria que ser enfrentar a necessidade de recomeçar os estudos.

Refletindo sobre esta experiência profissional somos levados a concluir que, apesar dos sentimentos de inutilidade que esta profissão trazia, também aqui fizemos aprendizagens. Tomamos consciência da verdadeira realidade do mundo do trabalho assumindo responsabilidades, mas sobretudo aprendemos a necessidade e os caminhos para lutar por uma vida melhor. Foi através desta tomada de consciência que surgiu o desejo de estudar novamente, tendo no horizonte concretizar as aspirações que permaneciam na mente. Segundo Jacques Delors (2005), a educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade.

O reingresso na escola foi conciliado com a atividade profissional, surgindo a possibilidade de frequentar o ensino noturno. Ao fim de seis anos, concluímos o ensino secundário e tivemos a oportunidade de deixar o emprego na empresa têxtil.

A nossa terceira experiência profissional foi uma oportunidade do trabalho como ama de duas meninas gémeas, numa casa particular. Uma atividade que nos ajudou a crescer a nível pessoal, pois trabalhar com crianças mostrou-se uma tarefa muito gratificante. Contudo, persistia o sonho de ter um curso que habilitasse para o trabalho social e, deste modo, o desejo de continuar a estudar.

O ingresso na faculdade, no curso educação social, aconteceu após um ano a trabalhar como ama, ofício que foi desenvolvido por um período de quatro anos e conciliado com a frequência do curso.

Ao longo da nossa vida vamos construindo expectativas e investindo naquilo que achamos ser o melhor. Quando chegamos ao fim de um percurso que exigiu muito de nós e no qual sempre acreditamos e não vemos recompensado o nosso esforço «caímos por terra». Após a conclusão da licenciatura, por mais esforços que tenhamos despendido para obter emprego em educação social, estes mostraram-se infrutíferos, surgindo assim, a necessidade de trabalhar noutra área. Surgiram então, novas experiências no mundo do trabalho, mais concretamente numa escola secundária pública, desenvolvendo funções de assistente operacional e de assistente técnica. É precisamente sobre estas experiências, como sendo o trabalho de hoje, que incide a nossa reflexão e sobre as quais nos debruçaremos a seguir, com mais pormenor.

2.2 – A experiência profissional após a licenciatura em Educação Social

O objeto da nossa reflexão recai sobre a experiência profissional adquirida numa escola secundária pública, após a conclusão da licenciatura em Educação Social, desenvolvendo funções entre duas carreiras, nomeadamente, assistente operacional e assistente técnica.

Estas experiências concretizaram-se, numa primeira fase, através de concurso aberto na Escola Secundária de Paços de Ferreira, para assistente operacional. Aqui desempenhamos funções:

- De apoio aos docentes no acompanhamento de crianças e jovens;
- A colaboração no funcionamento da biblioteca;
- O zelo pela segurança em contexto escolar;
- A execução de trabalhos de limpeza, arrumação e conservação das instalações, de equipamentos didáticos e informáticos;
- O encaminhamento dos utentes à escola;
- O estabelecimento de ligações telefónicas;
- A prestação de informações, num primeiro contacto, a todos os que recorriam aos serviços da escola.

De modo resumido, é atribuição profissional de um assistente operacional, o exercício de funções de apoio geral, sendo estes chamados a atuar sempre que seja necessário apoio aos alunos, professores e restante comunidade educativa. A experiência profissional, enquanto assistente operacional, facultou-nos a oportunidade de um primeiro contacto no trabalho com alunos e com outros profissionais da educação, residindo a sua especial riqueza ao nível de relações de proximidade humana. Porém, o facto de termos formação superior, numa área na qual depositamos tantas expectativas, leva-nos a refletir sobre ângulos diferenciados de análise. Quando há aspirações, aliadas à formação académica adquirida, as quais dificilmente temos oportunidade de praticar, conduz-nos a um processo de ambicionar aplicar o saber, do qual somos detentores, e desempenhar tarefas simples, de modo o mais criativo possível. Tal conduziu-nos a um percurso diferente, embora no mesmo estabelecimento de ensino.

Assim, como quinta experiência no mundo do trabalho, tivemos oportunidade de assumir funções de assistente técnica, nos serviços administrativos da escola que temos vindo a referir. Neste caso concreto as atribuições profissionais passaram, sobretudo pelo desempenho de funções de natureza executiva, relativas a uma ou mais áreas de atividade administrativa:

- Orçamento,
- Contabilidade,
- Aprovisionamento,
- Secretaria, arquivo e expediente.

Nestes serviços, são tratados todos os assuntos que dizem respeito à parte administrativa e financeira relativa ao vínculo entre o trabalhador e a entidade patronal, isto é, são organizados e atualizados os processos relativos à gestão de pessoal docente e não docente, designadamente:

- Processamento dos vencimentos,
- Registos de assiduidade,
- Descontos,
- Contratos, tempo de serviço,
- Atualização de registos biográficos,
- Concursos e tratamento de dados.

São organizados e atualizados os processos relativos à gestão dos alunos, nomeadamente:

- Matrículas,
- Emissão de certificados e diplomas,
- Ação social escolar;
- Atendimento a alunos, pais, encarregados de educação, professores;
- Tratamento e divulgação da informação entre os vários órgãos e entre estes e a comunidade escolar, sendo desempenhadas tarefas, essencialmente, administrativas.

Esta profissão facultou-nos aprendizagens relevantes sobre todos os processos de certificação escolar, bem como do funcionamento de uma instituição escolar,

nomeadamente dos seus processos administrativos. Sendo o educador social um profissional com um perfil de cariz interventivo, e de proximidade humana, realizar trabalho exclusivamente administrativo, não corresponde totalmente às suas aspirações e os contributos que consideramos poder trazer para o espaço escolar são significativos.

3 – O espaço profissional: a aprendizagem ao longo do percurso

3.1 – O espaço profissional: território e lugar

Optamos por refletir sobre o percurso profissional desenvolvido na Escola Secundária de Paços de Ferreira, desde logo porque é este o nosso mais recente e o mais desafiante percurso. Porém, esta foi também a escola que abriu as portas a um licenciado numa área para a qual não existiam perspectivas de inclusão nos seus quadros, e que assumiu a contratação de um educador social na ótica de que estes profissionais poderiam constituir-se uma mais-valia, sobretudo em favor dos alunos.

Ainda antes de nos dedicarmos à experiência profissional, propriamente dita, faremos uma visita ao lugar em referência tendo presente o pensamento de Isabel Baptista (2008) quando afirma que «a verdadeira riqueza, ou identidade, dos lugares não está nas suas potencialidades materiais mas sim na forma como são apropriados, percebidos, desfrutados, amados e, sobretudo, partilhados».

Em termos territoriais, a Escola Secundária de Paços de Ferreira, adiante designada por ESPF, encontra-se na freguesia de Paços de Ferreira, sede do concelho com o mesmo nome. O concelho de Paços de Ferreira, cuja criação remonta a 6 de novembro de 1836, situa-se na Região do Vale do Sousa, a cerca de 25 quilómetros da cidade do Porto, tem uma área de 72 quilómetros quadrados e apresenta-se repartido administrativamente em 16 freguesias. Paço de Ferreira foi elevado a cidade em 20 de maio de 1993 e é conhecida, a nível nacional, como a «Capital do Móvel», devido ao predomínio da indústria do mobiliário.

De acordo com o Projeto Educativo (2010-2013) da ESPF, e relembrando o diagnóstico realizado na Carta Educativa relativa ao concelho de Paços de Ferreira, que refere que, neste mesmo concelho, “a população jovem possui poucos recursos escolares e de qualificação, traduzidos nas mais altas taxas de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de abandono escolar precoce, de saída antecipada do sistema de ensino e, ainda, em elevados valores de indivíduos que desempenham profissões desqualificadas”. Atualmente, no concelho de Paços de Ferreira existem elevadas taxas de desemprego, problemática que afeta muitas famílias e que atravessa indiretamente a escola, colocando muitas vezes em risco a frequência escolar de muitos alunos. A ESPF está atenta a esta problemática e procurando

encontrar soluções que atenuem o abandono escolar devido a dificuldades económicas, familiares, sociais, entre outras.

A ESPF foi criada pelo Decreto – Lei n.º 260 -A /75, de 26 de maio e foi recentemente requalificada pela Parque Escolar. No ano letivo 2011/2012 era frequentada pelos seguintes alunos por curso:

Quadro 2 – População Escolar na Escola Secundária de Paços de Ferreira

Curso	Nº Alunos	Nº Turmas	
		Tipo 2	Tipo 3
Cursos de Educação e Formação (CEF)	88	3	2
Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA (Ensino Básico)	116	5	
Cursos de Educação e Formação de Adultos (Ensino Secundário)	89	8	
Cursos de Profissionais (Ensino Secundário)	307	16	
Cursos Científico-humanísticos (Ensino Secundário)	880	33	
Curso 3º Ciclo Ensino Básico	523	21	
Total	2003	48	

Adaptado do relatório da avaliação externa da escola 2012

Com o “intuito de evitar a exclusão escolar e proporcionar a conclusão da escolaridade obrigatória, a escola procura assegurar a criação de cursos de formação profissional e de percursos alternativos, de acordo com a legislação em vigor” (Projeto Educativo da ESPF, 2010-2013), de que são exemplos os cursos CEF. Os Cursos EFA Escolar Básico e EFA Escolar Secundário são lecionados quer na escola, quer no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, para onde se deslocam vários professores para lecionarem aos reclusos matriculados.

Com o Tema «*Da Vida na Escola a uma Escol(h)a de Vida*», a ESPF tem uma oferta educativa e formativa muito diversificada.

Apresentamos um quadro resumo dos cursos existentes na escola no ano letivo 2011/2012.

Quadro 3 – Oferta Educativa e Formativa da Escola Secundária de Paços de Ferreira

Nível de Ensino	Modalidade/Oferta Formativa	Horário de Funcionamento	Cursos/Anos de Escolaridade
Ensino Básico	3º Ciclo	Regime Diurno	7º, 8º e 9º ano
	Cursos de Educação e Formação (CEF)	Regime Diurno	Práticas Técnico - Comerciais (Tipo 2)
			Técnico de Pré-Impressão (Tipo 2)
			Técnico de Instalação e Operação de Sistemas Informáticos (tipos 2 e 3)
	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	Regime Diurno ³	Alfabetização
		Regime Diurno	(B2) (equivalência ao 6ºano)
Regime Diurno Noturno		(B3) (equivalência ao 9ºano)	
Ensino Secundário	Curso Científico - Humanísticos	Regime Diurno	Ciências e Tecnologias (10º,11º e 12ºanos)
			Línguas e Humanidades (10º,11º e 12ºanos)
			Ciências Socioeconómicas (10º,11º e 12ºanos)
			Artes Visuais (10º,11º e 12ºanos)
	Cursos Profissionais	Regime Diurno	Técnico de Marketing (10º,11º e 12ºanos)
			Técnico de Contabilidade (10º,11º e 12ºanos)
			Técnico de Secretariado (10º,11º e 12ºanos)
			Técnico de Serviços Jurídicos (12ºano)
			Técnico de Gestão e Equipamentos Informáticos (10º,11º e 12ºanos)
			Técnico Auxiliar de Saúde (10º ano)
			Técnico de Turismo (10º ano)
	Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	Regime Diurno/ Noturno	Escolar
			Dupla certificação

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira 2010-2013

Ainda de acordo com o Projeto Educativo da Escola, (2010-2013), esta estabelece contactos/parcerias com entidades e instituições locais e nacionais, nomeadamente, com algumas empresas da região no sentido das mesmas proporcionarem estágios aos alunos que frequentam os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação (CEF). Desta oferta educativa, resulta já uma significativa exigência de recursos a nível humano.

O corpo docente e não docente da ESPF, no ano letivo 2011/2012 era formado do seguinte modo:

Quadro 4 – Recursos Humanos da Escola Secundária de Paços de Ferreira

Pessoal Não Docente	Total					
Assistentes Operacionais	Quadro	Contrato a Tempo Indeterminado	Contrato a Tempo Certo	Voluntariado ⁴	Trabalho Comunitário ⁵	Emprego e Inserção Social ⁶
	13	16	1	1	1	9
Assistentes Técnicos	11					
	Quadro			Contrato Tempo Indeterminado		
	6			5		
Técnico Superior (Psicólogo)	Quadro					
	1					
Pessoal Docente	Total					
Professores	192					
	Quadro			Contrato a Termo Certo		
	108			84		

Adaptado do Relatório da Avaliação Externa da Escola 2012

⁴ Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Paços de Ferreira

⁵ Direção-Geral de Reinscrição Social

⁶ Contrato de Emprego e Formação Profissional

Os Serviços Especializados de Apoio Educativo constituem-se como serviços de apoio socioeducativo aos alunos, visando contribuir para a minimização de problemáticas que possam, eventualmente, colocar em risco o seu sucesso escolar, bem como contribuir para o seu desenvolvimento integral. São serviços onde os trabalhadores sociais, em contexto escolar, poderão encontrar possíveis espaços de atuação, nomeadamente, numa ação educativa e preventiva.

Na ESPF, existem os seguintes Serviços Especializados de Apoio Educativo:

- Ação Social Escolar (ASE)
- Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)
- Biblioteca Escolar (BE)
- Núcleo de Apoio Educativo (NAE)
- Secção de Educação Especial (EE)
- Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)

Quadro 5 – Ação Social Escolar

Ação Social Escolar (ASE)
Serviços coordenados pelo diretor, ou por quem este designar, o seu funcionamento é assegurado pelos Serviços de Administração Escolar e são medidas do âmbito do apoio socioeducativo, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none">• Serviço do refeitório, bar e papelaria;• Manuais e material escolar;• Bolsas de mérito a alunos carenciados;• Subsídios na atividade de complemento curricular.• Seguro Escolar.

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira – 2010-2013.

A ESPF pretende ser uma escola atenta aos seus alunos e às problemáticas que envolvem os alunos mais carenciados, desenvolvendo ações que procuram colmatar algumas das dificuldades económicas que afetam estes alunos, pondo em risco a

continuidade dos seus estudos. Assim, ao nível da ação social escolar, a escola tenta encontrar respostas que contribuam para apoiar estes alunos atempadamente, de modo a que nenhum aluno possa ser excluído devido às necessidades económicas. No âmbito da ação social escolar, cerca de 53,4%⁷ dos alunos do ensino básico e 44,9,1% do ensino secundário, beneficiavam de auxílios económicos, no ano letivo 2011/2012.

Quadro 6 – Serviços de Psicologia e Orientação

Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)
<p>Funções de apoio socioeducativo, em especial as cometidas pelo artigo 4.º do Decreto- Lei n.º 300/97, de 31 de outubro, visando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;• Conceber e participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa para o acompanhamento do aluno ao longo do seu percurso escolar;• Orientação e apoio dos alunos, cooperação com docentes, Pais e Encarregados de Educação;• Elaboração de programas educativos individuais acompanhando a sua concretização;• Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional;• Colaborar no levantamento de necessidades da comunidade educativa com o fim de propor as medidas educativas adequadas;• Acompanhar o desenvolvimento de projetos e colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo;• Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola ou das escolas onde exerce funções.

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira – 2010-2013.

⁷ Dados recolhidos do relatório da avaliação externa da escola, 2012.

O Serviço de Psicologia e Orientação da ESPF é constituído por um psicólogo. O Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de julho contempla a entrada de outros profissionais neste serviço, nomeadamente, do Técnico de Serviço Social, que segundo o mesmo Decreto-Lei pode desenvolver funções inerentes à sua especialidade, no seio do apoio socioeducativo, competindo-lhe, designadamente:

- Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola no âmbito dos apoios socioeducativos;
- Promover ações comunitárias destinadas a prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;
- Desenvolver ações de informação e sensibilização dos pais, encarregados de educação e da comunidade em geral, relativamente às condicionantes socioeconómicas e culturais do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Colaborar, na área da sua especialidade, com professores, pais ou encarregados de educação e outros agentes educativos, na perspetiva do aconselhamento psicossocial e apoiar os alunos no processo de desenvolvimento pessoal;
- Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas e realizar investigação na área da sua especialidade;
- Propor a articulação da sua atividade com as autarquias e outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde e segurança social, contribuindo para o correto diagnóstico e avaliação sócio-médico-educativa dos alunos com necessidades especiais, e participar no planeamento das medidas de intervenção mais adequadas.

Embora esteja contemplada, na legislação, a entrada de um trabalhador social no Serviço de Psicologia e Orientação, a ESPF não beneficia do trabalho de um profissional com esta formação.

Quadro 7 – Biblioteca Escolar

Biblioteca Escolar (BE)
<p>Espaço vocacionado para a leitura, a informação, a defesa e promoção da cultura e atividades lúdicas. A Biblioteca Escolar é constituída por um conjunto de recursos físicos, humanos e documentais organizados de modo a facilitar a sua utilização pela comunidade. É coordenada por uma Professora Bibliotecária e auxiliada por outros docentes visando essencialmente a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Planificação de atividades, gestão do fundo documental, organização da informação, serviços de referência e fontes de informação, difusão da informação;• Fomentar competências na área das literacias, em particular nas da leitura e da informação. <p>A Biblioteca Escolar destina-se prioritariamente à Comunidade Escolar, embora esteja aberta a qualquer utilizador da comunidade envolvente que dela necessite, em virtude de integrar a Rede Concelhia de Bibliotecas.</p>

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira – 2010-2013.

A biblioteca da ESPF assume-se como um espaço muito dinâmico e atrativo, sendo desenvolvidas atividades que convidam à participação dos alunos e aberta a toda a comunidade educativa, realizando-se, para o efeito exposições, encontros com vários artistas e escritores convidados, entre outras atividades, nomeadamente, em datas marcantes e históricas, sempre com a participação dos docentes e alunos, sob a coordenação de uma professora bibliotecária. É portanto, um espaço que se assume como promotor do desenvolvimento pessoal dos alunos e impulsionador do gosto pela participação na vida escolar, contribuindo para o seu sucesso.

Quadro 8 – Educação Especial

Educação Especial (EE)
<p>Visa contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas, adequadas às necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global, visando:</p> <ul style="list-style-type: none">• Prestar apoio à aquisição de competências específicas dos alunos com NEE;• Orientar e assegurar o desenvolvimento de currículos específicos individuais;• Articular as respostas educativas às necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços;• Colaborar/ elaborar o Programa Educativo Individual (PEI) dos alunos com NEE em conjunto com os intervenientes no processo educativo;• Participar no processo de avaliação dos alunos apoiados e no relatório de avaliação do PEI;• Colaborar na organização e acompanhamento dos processos dos alunos com NEE;• Participar na elegibilidade e propor medidas educativas mais adequadas aos alunos com NEE;• Proceder ao encaminhamento dos alunos submetidos a avaliação técnico-pedagógica e não considerados para outros apoios a disponibilizar pela escola;• Cooperar com os órgãos de gestão e coordenação pedagógica na organização e implementação dos apoios educativos;• Prestar apoio à família quando solicitado.

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira – 2010-2013.

Quadro 9 – Gabinete de Apoio ao Aluno

Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)

Visa contribuir para a formação integral dos alunos, através de uma intervenção individualizada junto dos alunos que solicitem apoio, diretamente ou através do diretor de turma, dos pais ou encarregados de educação e que evidenciem algum factor de risco, problemas comportamentais ou de aprendizagem. O GAA é coordenado por um docente designado pelo diretor, por professores tutores e outros docentes que possam colaborar no desempenho das competências deste gabinete, visando:

- Apoiar na construção da identidade pessoal e social do aluno;
- Desenvolver capacidades de autonomia do aluno;
- Fomentar o respeito por ele próprio e pelos outros;
- Orientar os alunos para uma dinâmica de formação permanente;
- Melhorar a qualidade e a eficácia da aprendizagem;
- Apoiar na gestão de conflitos relacionais;
- Intensificar a ligação entre a escola, a família e a comunidade.
- Colaboração, com o diretor de turma, no acompanhamento dos alunos na execução de medidas corretivas ou disciplinares sancionatórias;

As competências do professor tutor, integrados no GAA, são as seguintes:

- Operacionalizar e implementar a proposta de plano de ação vindo do conselho de turma, designadamente:
 - Desenvolver medidas de apoio aos alunos, de integração na turma e na Escola;
 - Promover a articulação das atividades escolares com outras atividades formativas;
 - Aconselhar e orientar no estudo e nas tarefas escolares os alunos tutorados;
 - Desenvolver a sua ação de forma articulada com os diretores de turma, conselhos de turma, núcleo de apoio educativo, SPO e ainda com as famílias;
 - Integrar o conselho de tutores, participando ativamente nos processos e na definição de estratégias de atuação comuns;
- O Conselho de Turma/Equipa Pedagógica deverá entregar ao professor tutor, através do diretor de turma, informações periódicas sobre o aluno em tutoria.

Adaptado do Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira – 2010-2013.

Como começamos por referir, a riqueza dos espaços, organizações e instituições não está só nos recursos que se detêm mas também nas identidades que se constroem. Pretendendo ser uma escola aberta e atenta ao meio envolvente a ESPF procura efetivar um trabalho em rede com outras instituições sociais, com quem constitui parcerias, nomeadamente, com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com a Biblioteca Municipal de Paços de Ferreira, com a Associação Empresarial de Paços de Ferreira, Centro de Saúde de Paços de Ferreira, Centro de Emprego e Formação Profissional, com os Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, entre outros: procura-se atender à necessidade de garantir a todos, o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares reconhecendo, neste projeto em concreto, o que Fernanda Cachada (2007) refere quando afirma que «A Escola é um lugar da comunidade, um lugar onde a comunidade se constrói quotidianamente.»

Mensagem do Diretor da ESPF – José Valentim Teixeira de Sousa – a toda a comunidade:

“O objetivo da Escola, mais do que as competências técnicas e científicas dos formandos, é a de formar bons cidadãos, que pautem a sua conduta na sociedade por elevados valores e princípios. (...) Na Escola Secundária de Paços de Ferreira não se pretende ensinar a crescer. Pretendemos, sim, que os alunos cresçam na escola e que esta cresça neles durante toda a vida. É para nós um estímulo permanente, saber, assim, contribuir para o desenvolvimento do concelho de Paços de Ferreira e da sociedade em geral. “

3.2 – A intervenção socioeducativa de um Educador Social «não autorizado»

Assumindo a identidade organizacional, anteriormente descrita, como um espaço de eleição para o desempenho de funções profissionais distintas, cabe no lugar que descrevemos, o nosso desempenho na carreira de assistente operacional e de assistente técnica, sobretudo porque nos foi proporcionada uma variedade e riqueza de conhecimentos e competências, permitindo ter uma visão global do funcionamento de uma escola enquanto organização habitada por muitos saberes e «sabores». Uma escola é uma organização atenta às potencialidades de cada aluno, capaz de verificar as condições de cada um para obter os resultados esperados, pronta a apoiar cada um para que possa progredir como aluno nas aprendizagens escolares.

Vamos, a partir desta visão do espaço profissional onde nos movemos, aprofundar a reflexão sobre a atividade profissional exercida na ESPF, enquanto assistente operacional e assistente técnica, recordando sempre que o fazemos baseado no olhar que dispomos enquanto educadora social.

Na dinâmica organizacional de uma escola, o assistente operacional ocupa uma posição privilegiada para a observação de comportamentos das crianças e jovens, sendo frequentes as relações mais intimistas e de alguma confidencialidade. Estes profissionais são interventores em diversas situações. É com eles que, muitas vezes, os alunos têm um contacto mais estreito. Para que essa influência possa operar-se de modo mais objetivo e imparcial possível, o assistente operacional necessita de estar informado sobre as áreas que possam influenciar a vida das crianças e jovens, nomeadamente a importância da família e da escola, as pressões sociais. A formação académica em educação social deu-nos uma contribuição marcante porque aqui pudemos fazer uso de uma bagagem imprescindível sobre questões sociais e familiares.

Trabalhar como assistente operacional, em contacto direto com os alunos, foi sempre uma etapa que só podemos classificar de muito gratificante. O contacto direto com crianças e jovens proporciona aprendizagens enriquecedoras. Com Joaquim Azevedo (1994) sempre assumimos que as escolas são ambientes de humanidade e que “a beleza das escolas está, antes de mais, nas pessoas, no seu crescer e desabrochar, no abrir-se e revelar-se aos outros, no encontro de cada um com as suas possibilidades e limitações”. O facto de termos formação em educação social, no exercício da profissão de assistente operacional, conferiu-nos sempre uma visão única. Ao olhar o aluno, este teve sempre que ser visto enquanto pessoa concordando, uma vez mais, com

o autor em referência, na afirmação de que uma instituição escolar é direcionada para «as pessoas que moram nos alunos». Sempre conseguimos sustentar uma relação de empatia, impregnada de compreensão, em suma, uma relação em que o aluno presente o olhar do educador social. De acordo com Paulo Freire (1993), realizamos a nossa missão como educadores, quando manifestamos a nossa tolerância com aqueles que são diferentes de nós. Informalmente, no exercício da profissão de assistente operacional, houve uma postura onde esteve, sempre, presente o espírito da educação social.

Nas funções de assistente técnico numa escola, entramos em contacto com todos os atores intervenientes no processo educativo sejam eles os professores, os alunos, os pais e encarregados de educação.

Esta é uma posição privilegiada, pois os assistentes técnicos funcionam, muitas vezes, como a primeira grande imagem da organização e do clima escolar que nela se vive. É na secretaria que se dá o primeiro contacto dos pais e alunos com a escola, é aqui que se tratam dos assuntos relacionados com a certificação escolar e se atribuem apoios sociais, a atribuição de subsídios escolares, que incluem, nomeadamente, o fornecimento de refeições, material didático, seguro escolar e bolsas de estudo por mérito.

No âmbito de todos os apoios e processos acima descritos, os assistentes técnicos ouvem um elevado número de famílias, muitos pais e encarregados de educação. Este pode ser um lugar de interesse e um contributo no estreitamento das relações da escola com as famílias. Este é também um espaço onde, em termos profissionais, se conhecem problemas sociais e económicos que afetam muitos alunos e respetivas famílias. São os assistentes técnicos que num primeiro contacto recebem estes pais e encarregados de educação, formalizando pedidos e procedendo o encaminhamento para as entidades competentes. As práticas de medição são inerentes ao desempenho destas funções que, a um olhar menos atento, podem parecer processos exclusivamente administrativos. O atendimento aos alunos e pais exige empatia e disponibilidade para os compreender e tentar solucionar os seus problemas de ordem escolar. Nesta posição, a postura dos profissionais, que fazem este atendimento, podem ser fatores motivacionais para atrair pais e alunos à escola, fomentando o gosto pela mesma. Todos os agentes da comunidade educativa podem contribuir de forma positiva ou negativa para a relação escola/família/alunos, não são só os professores que podem estreitar este relacionamento, mas toda a comunidade educativa é responsável por este processo. Refere o Decreto-Lei N° 184/2004 de 29 de Julho, que o pessoal não docente integra o

conjunto de funcionários e agentes que, no âmbito das respectivas funções, contribuem para apoiar a organização e a gestão, bem como a atividade socioeducativa das escolas. O mesmo Decreto-Lei, menciona que “o sistema educativo não pode deixar de ter em conta as especiais características do papel dos recursos humanos, que, não diretamente implicados no processo educativo em si constituem um fator indispensável ao sucesso deste, na vertente da organização e funcionamento dos estabelecimentos de educação ou de ensino e do apoio à função educativa.”

Sustentamos que a formação em educação social trouxe benefícios à postura no trabalho com os alunos e com toda a comunidade educativa, pois permitiu ter um olhar diferente, ou como afirma Joaquim Azevedo (2011), um olhar que nos conduziu mais a «estar com as pessoas» do que a «agir sobre as pessoas». Refere este autor que, cada pessoa quando chega à nossa frente é portadora de uma história e de uma memória, de indefinições e projetos, que temos antes de mais, de acolher em nossa «casa de educadores», onde aprendemos a ser mais e melhores, uns com os outros na relação.

O desempenho de funções de assistente técnica deu-nos o lugar de observação para identificar algumas das dificuldades que atravessam esta instituição, dificuldades essas, que poderiam, segundo o nosso entendimento, serem obstadas com a presença de um educador social em exercício pleno de funções. Recorremos, de modo a evidenciar o sustentado, ao ponto anterior concretamente aos projetos da organização escolar que lá elencamos:

- Oferta educativa no domínio dos cursos CEF e EFA;
- Ação Social Escolar
- Serviço de Psicologia e Orientação
- Biblioteca Escolar
- Educação Especial
- Gabinete de apoio ao aluno com referência concreta a tutorias.

Consideramos que, ao nível da atuação concreta nos domínios acima elencados, o sucesso ou grau de cumprimento dos objetivos a que cada um se propõe é limitado, sobretudo, por falta de recursos humanos implicados nas diferentes dinâmicas.

Quadro 10 – Espaços de Ação do Educador Social na Escola

Identificação da estrutura	Principais funções/objetivos da ação	Principais constrangimentos observáveis	Papel do Educador Social
CEF e EFA	Percursos formativos diferenciados para grupos distintos.	CEF – comunicação com a família. EFA – número pouco significativo.	Relação «informal» com as estruturas familiares. Desafio de adultos para processos formativos.
Ação Social Escolar	Avaliação/atribuição de auxílios a populações mais carenciadas	Confirmação/validação sobre enquadramento familiar	Contacto personalizado com o meio numa lógica de proximidade.
Serviço de Psicologia e Orientação	Orientação e apoio dos alunos, cooperação com docentes, Pais e Encarregados de Educação;	Falta de recursos humanos, nomeadamente de trabalho social previsto na legislação em vigor.	Proximidade aos contextos reais de vida, ligação eficaz à comunidade
Biblioteca Escolar	Leitura, informação, defesa e promoção da cultura e atividades lúdicas	Recursos humanos pouco diversificados ao nível profissional.	Construção de projetos que liguem a comunidade à sua escola.
Educação Especial	Apoio aos alunos com necessidades educativas especiais	Comunicação com pais e famílias.	Contactos de proximidade com apoio familiar no domínio do desenvolvimento de competências sociais.
Gabinete de Apoio ao Aluno	Formação integral dos alunos, intervenção individualizada	Recursos humanos pouco diversificados ao nível profissional.	Construção de projetos e contactos de ligação ao contexto real da vida de cada aluno.

Ana Paula Mendes, 2012

Defendemos que no exercício da profissão de assistente técnica, com formação acadêmica em educação social e prevalecendo o desejo de trabalhar em contacto direto com as pessoas, desempenhar funções no domínio administrativo permite ter uma postura diferente no contacto com os alunos, pais e restantes comunidade educativa mas defendemos também, que o educador social em contexto escolar tem um papel preponderante a desempenhar nesse mesmo contexto.

O quadro acima pretende ser a representação de uma reflexão sustentada na observação que fomos desenvolvendo, fruto da nossa inquietação enquanto educadora social de formação. Não sendo exaustivo no conteúdo, pretendeu traduzir o que nos foi dado observar e lançar algumas pistas para um atuação diferenciada. Não pretendemos, porém, que essas propostas se assumam como assomos de verdade ou como respostas definitivas dado que são, tão só o produto do nosso olhar. Consideramos, efetivamente que as dinâmicas escolares que vão no sentido de formar o aluno enquanto pessoa plena de cidadania, conhecedora de um mundo, que também é o seu mundo, terão que se socorrer de profissionais diferenciados sob pena de se «escolarizar» em demasia. Exemplo concreto disso é o Gabinete de Apoio ao Aluno, que está longe de cumprir os objetivos para os quais foi pensado (conforme referido no relatório de ação inspetiva a que a escola foi sujeita)⁸, não por erro ou falta de trabalho dos profissionais implicados, mas porque faltam outros domínios de profissionalidade com visões e competências complementares ao trabalho do professor.

Ao referirmos os contributos que a experiência profissional pode, eventualmente, trazer para o nosso desenvolvimento pessoal e refletindo sobre ela, à luz da Pedagogia Social, aferimos que as várias experiências no mundo do trabalho, mais concretamente numa escola, exercendo uma atividade diferente daquela para a qual se tinha formação académica, trouxeram vivências, conhecimentos, que permitem refletir sobre as práticas interligando-as com os saberes da Pedagogia Social. Ao adquirir experiência numa profissão que permitia o trabalho direto com alunos e com outros profissionais da educação, sendo um trabalho humanizado, foram adquiridos saberes, competências para ajudar os outros, mas sobretudo houve desenvolvimento pessoal.

⁸ Conforme Relatório de Avaliação Externa da Escola 2012

Considerações Finais

Ao longo da vida e como condição inerente à própria vida, o direito e dever de aprendizagem devem, no nosso entender, ser efetivos. Por outro lado, todas as experiências vivenciadas contribuem para nos tornar seres humanos diferentes e, esperamos, melhores. De acordo com o que pensamos demonstrar ao longo do presente Relatório, a nossa prática profissional foi sendo construída com experiências bastantes diversificadas e em campos de atuação muito distintos. Tivemos, porém, sempre uma atitude de reflexão pessoal que nos permitiu trilhar percursos, para nós, cada vez mais exigentes, técnica e academicamente, e abraçar desafios profissionalmente mais exigentes a cada passo do nosso percurso.

No lugar maior de reflexão, a que o presente relatório se refere, cumpre-nos referir que enquanto profissional com formação em educação social, exercendo funções de índole administrativa, sempre fomos detentoras de um lugar e de um olhar diferente, quer no contacto com os alunos, professores, colegas na mesma carreira e mesmo com os membros da direção da escola.

No desenvolvimento deste percurso profissional e, embora sejamos detentoras de formação superior em educação social, nunca foi, formalmente, desenvolvido um trabalho inerente às funções típicas do educador social.

Contudo, as inquietações a partir do lugar do educador social, foram diárias e da tal ordem que se constituíram como o primeiro fator de motivação para enfrentar o presente processo formativo, partindo do pressuposto que todas as experiências de trabalho proporcionam conhecimento, ajudando-nos a enfrentar novas situações, até porque consideramos que não devemos desistir pois, como refere Joaquim Azevedo (2011), “não podemos desistir do futuro”. Estaríamos a desistir de viver, iríamos parecer-nos resignados e condenados a sobreviver.

O desempenho de funções em espaço escolar é um trabalho de relação por excelência até porque defendemos que a Escola deve ser vista enquanto espaço social e educativo. Como argumenta Fernanda Cachada (2008), “a escola seria uma ilha se não assumisse como sua, a missão de integrar as pessoas da comunidade, as suas necessidades mas também disponibilidades e saberes” uma escola onde, segundo a autora, todos cabem com tempos e formas diferenciados de estar e fazer.

No âmbito do trabalho que desenvolvemos na Escola Secundária de Paços de Ferreira, não pudemos deixar de nos inquietar com a Escola em todas as suas dimensões, adotando o tal «olhar intrometido e comprometido», a que se refere José Machado Pais (2006), o olhar que envolve um compromisso e é impregnado de reflexividade, nunca nos deixando indiferentes ao olhar do outro e à opinião que o outro tem a nosso respeito. Através deste olhar, mesmo não estando a ser exercida a profissão de educadora social, procuramos aferir sobre a pertinência do educador social em contexto escolar. No fundo tratou-se de comprovar que o espaço escolar pode ser um lugar melhor se recorrermos a profissionais que estão habilitados para tarefas que, hoje, são exigidas à Escola.

Com o alargamento da escolaridade obrigatória e a concretização da «escola para todos», novos desafios se colocaram à instituição escolar. Neste contexto, o educador social é um profissional que seria uma mais-valia para o sucesso do aluno, «enquanto pessoa e enquanto aluno», contudo os educadores sociais ainda não conquistaram o seu lugar em contexto escolar, apesar de reconhecida a sua importância.

Não há lugar para eles, e não raras vezes, os professores têm que desenvolver tarefas que são da competência dos trabalhadores sociais e, no nosso entender, com prejuízo para todas as partes envolvidas. Os Professores, apesar da sua boa vontade e voluntarismo, não detêm as competências técnicas, nem possuem as ferramentas que os trabalhadores sociais têm, para resolver os problemas que afetam os alunos, sobretudo quando estes problemas sugerem ser de ordem social e familiar e requerem uma intervenção a este nível. Defendemos que se deve olhar o aluno no seu todo, no seu contexto familiar e social, sendo pertinente a colaboração multiprofissional e disciplinar.

Ao longo da experiência de trabalho numa escola pudemos vislumbrar possíveis espaços de atuação do educador social, nomeadamente, nos Serviços Especializados de Apoio Educativo, contribuindo para a formação integral dos alunos, sobretudo apoiando na construção da sua identidade pessoal e social, desenvolvimento de capacidades de autonomia e, também, intensificar a ligação entre a escola e a família, em articulação com os vários intervenientes do processo educativo e participando nos vários projetos existentes na escola. Muitos dos problemas que afetam os alunos, nem sempre são problemas escolares, mas sociais. O educador social em articulação com os professores e com a restante comunidade educativa tem um papel fundamental a desenvolver em

contexto escolar, ajudando na gestão de conflitos e fazendo a ponte entre a escola e a família destes alunos.

No âmbito do trabalho desenvolvido na Escola Secundária de Paços de Ferreira, foi-nos dado observar as preocupações dos diretores de turma, relativamente ao apoio a alunos carenciados, sobretudo quando não existe, regularmente, um acompanhamento sociofamiliar adequado. As preocupações por parte destes docentes surgem, principalmente, quando alguns alunos registam um elevado absentismo às aulas e revelam carências económicas, familiares e sociais. Na tentativa de resolução destes problemas, a escola contacta com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no entanto, muitas vezes, esta intervenção fica aquém dos resultados esperados. E, por mais boa vontade que os docentes tenham para apoiar estes alunos, são-lhes colocadas muitas barreiras, particularmente no contacto com as famílias. O educador social sendo um mediador, pode ser um elemento importante no contributo a dar na resolução destas questões.

O educador social pode ter um papel fundamental na Escola, numa ação socioeducativa, atuando no estreitamento da relação entre a escola e a família, na prevenção do abandono escolar e no apoio a alunos carenciados. Podem participar em serviços ou programas organizados pela escola que visem prevenir a exclusão escolar, atuando na elaboração e implementação de metodologias e estratégias de intervenção, em conjunto com outros agentes educativos, escolares e extraescolares, com o intuito de mediar tensões sociais, desenvolvendo funções inerentes à sua especialidade, no seio do apoio socioeducativo. Todo este trabalho pode ser desenvolvido em colaboração com os órgãos de administração e gestão da escola, com os professores, pais, encarregados de educação e outros agentes educativos, na perspetiva do aconselhamento psicossocial e educativo, apoiando os alunos no seu processo de desenvolvimento pessoal, numa intervenção mais personalizada e baseada no real contexto sociofamiliar dos alunos e respetivas famílias.

No pressuposto que o trabalho em rede é mais eficaz e enriquecedor, pois permite a partilha de conhecimentos e apoios diferenciados, e sabendo que este trabalho em rede e em parceria com outras instituições sociais, sobretudo com as autarquias e com outras instituições e serviços especializados, em particular nas áreas da saúde, prevenção e segurança social, é efetivado na Escola Secundária de Paços de Ferreira, suportamos que o educador social pode ter um papel fundamental nesta articulação, desenvolvendo a sua ação preventiva e educativa no estreitamento destas relações.

Os educadores sociais podem constituir-se como mediadores na comunidade educativa, na própria escola e entre a escola, as famílias e as comunidades num trabalho em equipa e com outros profissionais. Assim, em contexto escolar, é abrangente o espaço de intervenção do educador social, em colaboração com os professores e restante comunidade educativa.

Ao longo da experiência profissional, enquanto educadora social, trabalhando num espaço e contexto educativo e tendo formação numa área que se situa dentro da educação, há a vontade de cooperar, numa ação mais direta e de proximidade humana, com os vários profissionais da educação e com os alunos a necessitarem de ajuda. Há a vontade de atuar na resolução de problemas que surgem em contexto escolar, sobretudo quando estes problemas sugerem ser de ordem social ou familiar e que podem pôr em causa o desenvolvimento integral dos alunos. Os trabalhadores sociais têm competências e conhecimentos que permitem uma atuação neste âmbito. Possuem ferramentas que permitem uma atuação diferente, no apoio a alunos que necessitam de ajuda. Apoio a alunos que, muitas vezes, revelam dificuldades, disfarçadas de dificuldades de aprendizagem, mas que têm por trás um vasto leque de complicações relacionadas com questões de ordem familiar, económica e social. Como já foi referido, devemos olhar o aluno no seu todo, nas suas vivências e contextos de vida.

O educador social tendo competências para intervir com as mais diversas faixas etárias, desde crianças, jovens, adultos e idosos, e nos mais diversificados contextos sociais, culturais, educativos e económicos, são profissionais necessários em todas as frentes das diversas respostas sociais, tendo um perfil de facilitador e de mediação, assentes na prática socioeducativa e pedagógica, desenvolvida em contexto social, fomentando a aprendizagem permanente, a minimização e resolução de problemas sociais.

O trabalho do educador social nas escolas pode passar por motivar os alunos para a escola, incentivando-os a não desistirem e a serem resilientes, como refere o PNAPAE (2004). Este trabalho poderia ser feito também com os seus pais, ou seja, sensibilizá-los para o impacto que a escola e a formação podem ter no futuro dos filhos. O educador social em colaboração com os pais, professores e com outros profissionais da educação, num trabalho em parceria e em rede, poderá em contexto escolar, fomentar o gosto pela escola, transmitindo não apenas aos alunos que apresentam dificuldades de ordem educativa ou social, mas a todos os alunos, que são capazes de concluir os estudos, incrementando atitudes de autoconfiança e desenvolvendo auto percepções de sucesso.

Trabalhando numa escola com formação numa área, educação social, com conhecimentos e competências que seriam de grande utilidade no trabalho com alunos e restante comunidade educativa, e não poder desenvolver este trabalho, mostrou-se inquietante. Exercendo funções diferentes das funções que poderiam ser desenvolvidas com a formação de base, cria em nós, sentimentos de injustiça, é preocupante ver que, enquanto educadores sociais, faríamos a diferença, mas a escola pública não tem autonomia para nos contratar.

Contudo, ainda persiste uma luz ao fundo do túnel, pois é da esperança que nasce o sonho e se mantém acesa a chama que nos impele a lutar pelo nosso lugar no mundo, no encontro com o outro pois, segundo Roberto Carneiro (2001), é na esperança que se enraíza toda a produção humana e é a esta utopia que pertence o educador social.

Os princípios de solidariedade, desenvolvimento pessoal e social, hospitalidade e proximidade humana que caracterizam a Pedagogia Social, são os princípios orientadores da experiência profissional sobre a qual reflete este trabalho, princípios estes sobre os quais, ainda persiste o sonho: realizar um trabalho a favor do outro e com o outro. Conquanto não estejamos a exercer a profissão, para a qual temos formação superior, percebemos que todas as experiências forneceram conhecimentos, possibilitaram aprendizagens, bem como o desenvolvimento de capacidades e competências que contribuíram para crescer e aperfeiçoar o carácter, tornando-nos mais ricos, tanto pessoal como profissionalmente. Estas experiências, aliadas aos conhecimentos e competências adquiridas com a formação académica, possibilitam uma postura diferente no contacto com o outro e, embora ainda não consigamos realizar o nosso sonho do trabalho direccionado para os outros, em contexto de trabalho, vislumbramos que temos a oportunidade de devolver a nossa humanidade em todas as ações que praticamos todos os dias com os outros.

Vivemos num mundo em constante mudança, como tal, não podemos ficar parados, acomodados ao nosso pequeno mundo. Neste percurso profissional, embora não se tenham conseguido concretizar todas as aspirações de um profissional com formação numa área de carácter social e educativo, orientada para o serviço ao outro, não consideramos que o esforço tenha sido vão. Embora, por vezes, seja muito difícil afirmar o nosso lugar no mundo e as esperanças esmoreçam, acima de tudo, fica a dignidade e o conhecimento. Muitas vezes, são os fracassos, as derrotas que nos impelem, que servem de trampolim para que continuemos a avançar, que nos fazem refletir e contribuir para a mudança. Foi este desejo de mudar, foram os fracassos e a

vontade de crescer a nível profissional e pessoal, o desejo de tentar afirmar uma profissão que, embora reconhecida como relevante, ainda não tenha conquistado e afirmado o seu lugar em contexto escolar, que incentivaram a esta reflexão.

Bibliografia

ALARCÃO, Madalena. (2002). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.

ALMEIDA, Maria Emanuel Melo. (2010). A educação para a paz e a sua história em Portugal. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

APPLE, Michael W; NÓVOA, António. (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia*. Porto: Porto Editora.

ARÉNILLA, Louis; GOSSOT, Bernard; ROLLAND, Marie-Claire; ROUSSEL, Marie-Pierre. (2001). *Dicionário de Pedagogia*. Lisboa: Instituto Piaget.

AZEVEDO, Joaquim. (1994). *Avenidas da Liberdade*. Reflexões sobre política educativa. Porto: Edições Asa.

AZEVEDO, Joaquim. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária na educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica.

AZEVEDO, Joaquim; BAPTISTA, Isabel. (2008). Educadores Sociais: Quem são? Como desejam ser reconhecidos? *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica.

AZEVEDO, Joaquim. (2011). *Liberdade e Política Pública de Educação*. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

BANKS, Sara; NOHR, Kirsten. (2008). *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.

BAPTISTA, Isabel. (2000). Educador Social - Especialistas de Mãos Vazias. *A Página da Educação*, nº 94. Porto: Profedições.

BAPTISTA, Isabel. (2008). Pedagogia Social, cidade educadora e «especialistas de mãos vazias». *A Página da Educação*, nº 139. Porto: Profedições.

BAPTISTA, Isabel. (2001). Educação Social um Espaço profissional com valor e com sentido. *Espaço (s) De Construção De Identidade Profissional*. Porto: Universidade Portucalense.

BAPTISTA, Isabel. (2005). Dar Rosto Ao Futuro – a educação como compromisso ético. Porto: Profedições.

BAPTISTA, Isabel. (2010). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

BARROS, Eulália. (1999). *Andar na Escola com João dos Santos – Pedagogia Terapêutica*. Lisboa: Caminho.

BARROS, Rosanna. (2012). *Subsídios Breves para o Debate de Princípios e Valores na Formação Política do(a) Educador(a) Social*. Lisboa: Chiado Editora.

BRANDÃO, Paulo Sérgio. (2007). A Pedagogia Social, uma antropologia de proximidade, hospitalidade e serviço. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica.

CACHADA, Fernanda. (2008). *Relação Escola-Comunidade. O Papel da Mediação Social*. Porto: Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação - Especialização em Pedagogia Social.

CACHADA, Fernanda; COSTA, Albina. (2007). Aprender na e com a escola, perseverando na esperança. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica.

CAPUL, Maurice; LEMAY, Michel. (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Volume 1. Porto: Porto Editora.

CAPUL, Maurice; LEMAY, Michel. (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Volume 2. Porto: Porto Editora.

CARIDE, José; FREITAS, Orlando; CALLEJAS, Germán. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*. – Perspectivas Pedagógicas e sociais da Sustentabilidade. Porto: Profedições.

CARIDE, José. (2005). *Las fronteras de la pedagogía social*. Perspectiva Científica e Histórica. Barcelona: Gedisa.

CARIDE, José. (2000). Políticas Sociais, Educação Social y Programas Educativos Ante La Situación de Pobreza. *A Pobreza e a Marginalização Social do Séc. XV aos Nossos Dias*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

CARNEIRO, Roberto. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Coleção FML.

CARVALHO, Adalberto; BAPTISTA, Isabel. (2004). *Educação Social, Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

CHOPART, Jean-Noel. (2003). *Os Novos Desafios do trabalho Social – Dinâmicas de um campo profissional*. Porto: Porto Editora.

COSME, Ariana, TRINDADE, Rui. (2009) As responsabilidades sociais da Escola e dos profissionais da educação que aí intervêm: Contributos para um debate. *Cadernos de Pedagogia Social*. Porto: Universidade Católica.

COÍMBRA, Joaquim (2003). Dimensões socioculturais na sobredeterminação da conflitualidade em contextos escolares. *Gestão de Conflitos Na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.

COSTA, Maria Emília. (2003). *Gestão de Conflitos Na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.

CLAVEL, Gilbert. (2004). *A Sociedade da Exclusão – Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.

DELORS, Jacques. (2005). *Educação, um tesouro a descobrir*. Tradução José Carlos Eufrázio. Porto: Edições Asa.

DIOGO, José M. L. (1998). *Parceria Escola-Família. A Caminho de uma Educação Participada*. Porto: Porto Editora.

DURÁN, Francisco. (1999). O Perfil do/da Educador/a Social na Atualidade. Aproximación ós Ámbitos de Profissionalización Desde Institucións Socioeducativas Urbanas contra a Exclusión Social. *As Cidades e os Rostos da Exclusão*. Porto: Universidade Portucalense – Educação Social.

LEITÃO, Maria Josefina. (1999). *Guia de Legislação e Recursos sobre o Trabalho Infantil*. PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil). Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

LIMA, Licínio. 2007. *Educação ao longo da vida: Entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. São Paulo: Cortez Editora.

LOBROT, Michel. (1992). Para que serve a Escola? Lisboa: Terramar.

MARUJO, Helena et al. (2002). *A Família e o Sucesso Escolar - Guia para pais e outros educadores*. Lisboa: Editorial Presença.

MASCHINO, Maurice. (2005). *Pais contra professores*. Porto: Campo das Letras.

NÓVOA, António. 2006. *Debate Nacional sobre Educação*. Lisboa: Comunicação apresentada na Assembleia da República.

OLIVEIRA, António. (2001). Educação Social: Razões de Ser. *Espaço (s) De Construção De Identidade Profissional*. Porto: Universidade Portucalense.

PAIS, José Machado. (2006). *Nos rastros da solidão – Deambulações sociológicas*. Porto: Ambar.

PAUGAM, Serge. (2003). *A Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos. (2003). *Como Escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.

PERES, Américo Nunes. (2000). *Educação Intercultural: Utopia ou Realidade?* Porto: Profedições.

PERES, Américo Nunes; VIEIRA, Ricardo. (2010). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

PERNAS, Rita Gradaílle, IGLESIAS, Tania (2010). Educando em igualdade nos cenários escolares e sociais. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.

RIBEIRO, Ivana; CARVALHO, Maria Bernadete; MATOS, Fátima. (2010). Pedagogia do alento: paz e sustentabilidade para o século 21. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

RODRIGUES, Cláudia. (2010). A mediação sociopedagógica: uma perspetiva de transformação. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

SANTOS, Milice Ribeiro. (1999). *Entre a escola e a família, encontros e desencontros - Construir uma escola inclusiva*. Porto: Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã.

SERRANO, Gloria. (2002). *Elaboración de Proyectos Sociales – Casos Prácticos*. Narcea: S.A. Ediciones.

SILVA, Pedro. (2003). *Etnografía e Educação – Reflexões a Propósito de Uma Pesquisa Sociológica*, Porto: Profedições.

SILVA, Pedro; COELHO, Conceição. (2010). Mediação Sociopedagógica na Escola. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

VAZ, Cindy. (2010). *Educação Social e Intervenção Sociocomunitária - O Educador Social numa «Comunidade de Aprendentes»* Porto: Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação - Especialização em Pedagogia Social.

VIEIRA, Ana Maria. (2010). Mediação sociopedagógica: um estudo comparativo entre GAAF e TEIP. *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Leiria: APAP – CIID - IPL.

VIEIRA, Ricardo. (2010). *Mediação Sociopedagógica: animadores culturais e assistentes sociais na escola. Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz.* Leiria: APAP – CIID - IPL.

VILHENA, Teresa. (1999). *Avaliar o Extracurricular. A referencialização como nova prática de avaliação.* Porto: Edições ASA.

Outras Fontes

- Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de julho – estatuto do pessoal técnico-profissional, administrativo e de apoio educativo dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro - Lei De Bases Do Sistema Educativo.
- Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar. *Eu Não Desisto*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação/Ministério da Segurança social e do Trabalho. Março de 2004.
- Portaria n.º 755/2009 de 14 de Julho - Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário.
- Projeto Educativo da Escola Secundária de Paços de Ferreira. 2010-2013
- Relatório da Avaliação Externa das Escolas – Escola secundária de Paços de Ferreira. Direção Regional de Educação do Norte da IGE. 2012.
- Relatório (extrato) n.º 1/2012 de 2 de março – Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Educação Relativo ao Ano de 2011.
- Regulamento Interno da Escola Secundária de Paços de Ferreira. 2010-2013.